

Jornal da

unesp

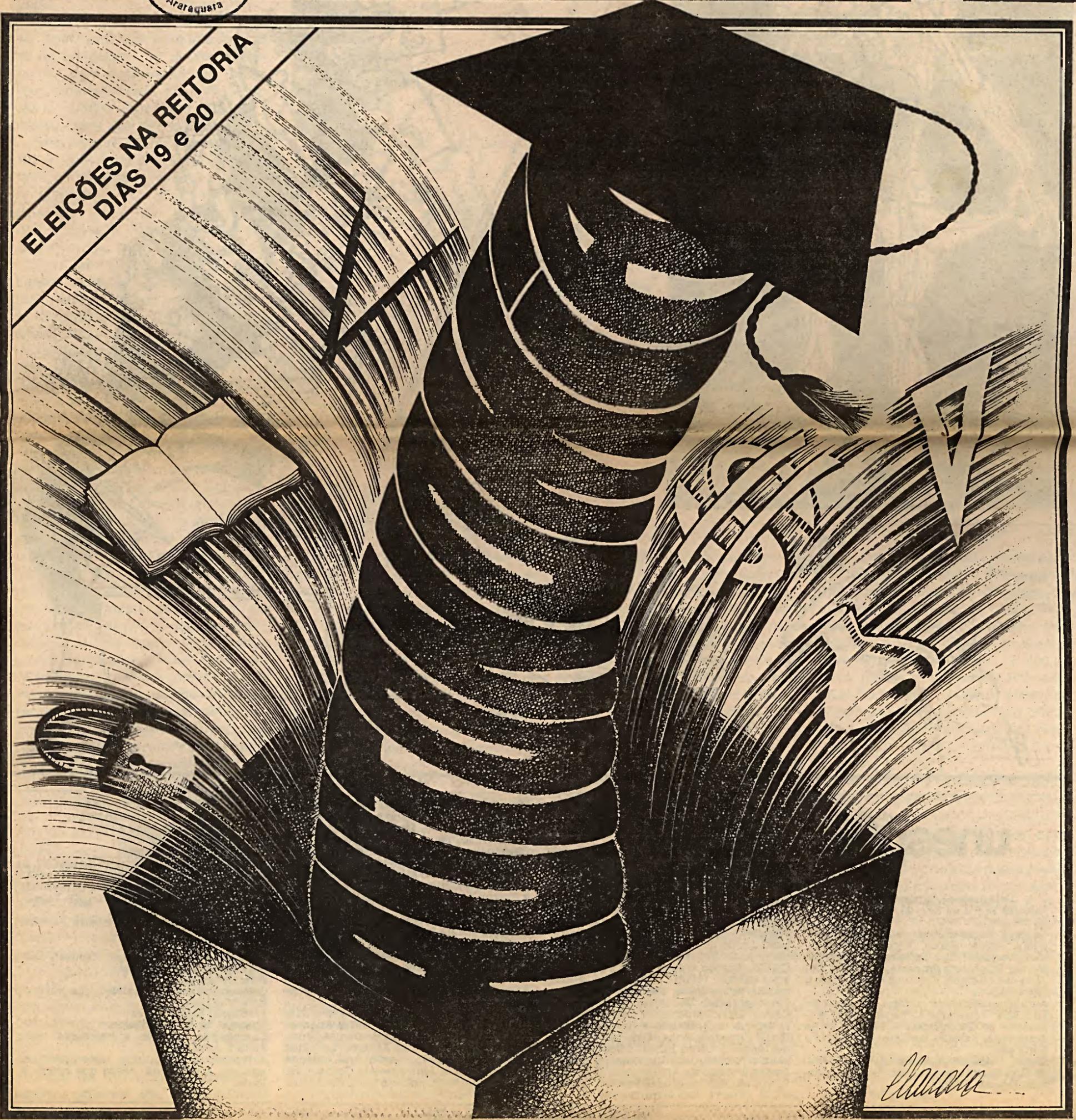
Universidade Estadual Paulista

Dezembro/88

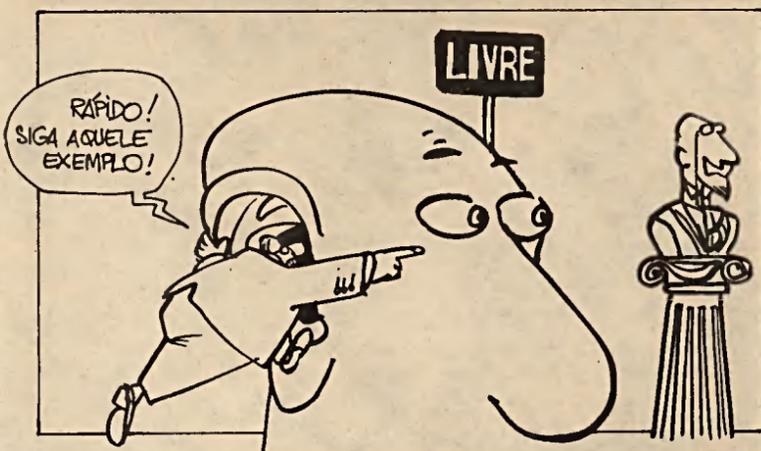
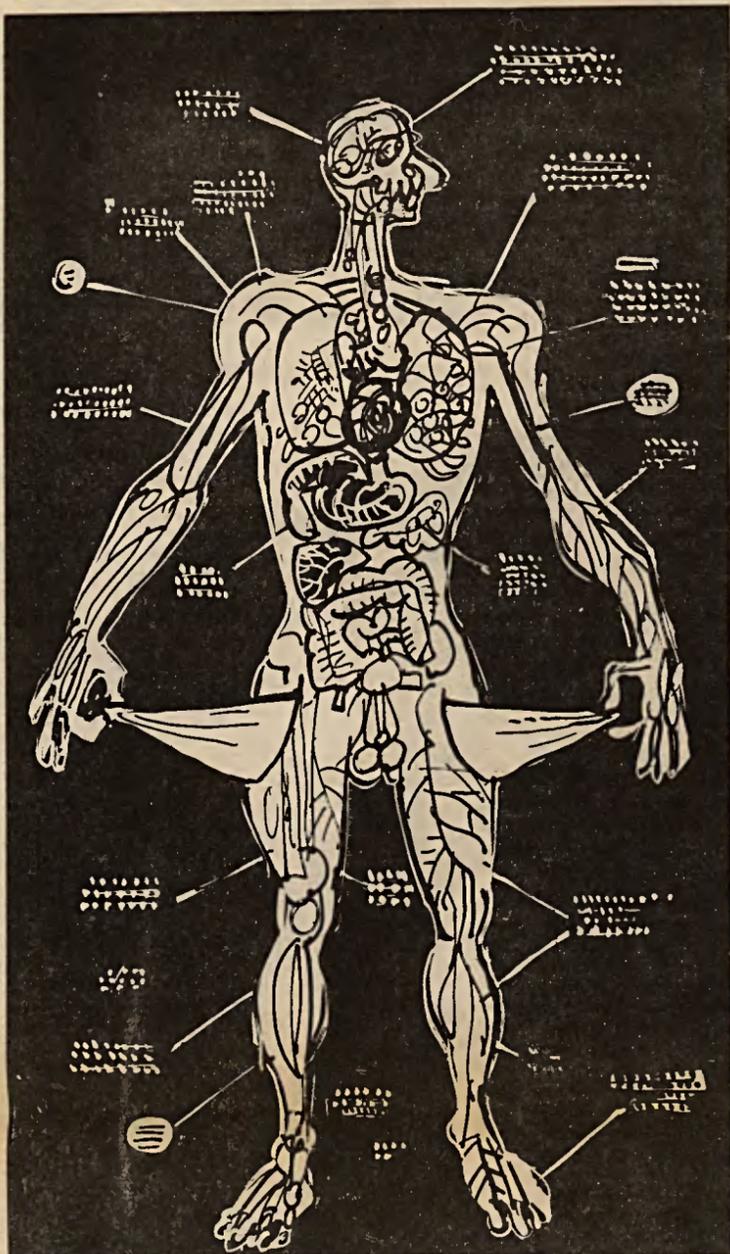
Ano IV — nº 33



ELEIÇÕES NA REITORIA
DIAS 19 e 20



Handwritten signature



unesp

Universidade Estadual Paulista
 Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP
 Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.
 Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).
 Outras Unidades: Instituto de Física Teórica (São Paulo) e Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Bauru).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
 Reitor: Jorge Nagle
 Vice-Reitor em exercício: Paulo Milton Barbosa Landim.
 Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antônio Christofletti, Antônio Espada Filho, Antônio Quelce Salgado, Arthur Roquete de Macedo, Bruno Mancini, Carminda da Cruz Landim, César Piedade Júnior, Fernando Mesquita Lara, Irineu de Moura, Jayme Wanderley Gasparoto, Jogi Ariki, José Ribeiro Júnior, Lourival Larini, Marcos Alegre, Nelvo Luis Zorzetto, Néson Múrcia, Nilo Odália, Ricardo Antônio Arruda Veiga, Tatsuko Sakima, Telmo Correia Arrais, Waldemar Saffloti e Waldir Gandolfi.
 Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantônio, Jehud Bortolozzi, Manoel Lelo Belloto e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Anna Maria Martínez Corrêa, Antônio Carlos Busoli, Gildo Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Maria Amélia Máximo de Araújo (adjuntos); Célio Raimundo Machado, José Perozin, Luiz An-

tônio Toledo, Maria Ceclia Mattoso Ramos e Paulo Magalhães Filho (assistentes doutores); Dib Gebara, Marla Encarnação Beltrão Spósito, Myrna Therezinha Rossi Rego, Reynúncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Mieko Kimura, Petrônio Masanobu Tanisho, Ronele Maria de Souza Pina e Silvana Aparecida Gregório (auxiliares de ensino).
 Representantes técnico-administrativos: Adauto José da Silva, Alrton Camplesi, Benedito Carlos Piveta, Gessé Gerardi, João Pedro Pagotto, José Munhoz Fernandes, Luiz Gonçalves Rodrigues, Maria da Piedade Peixoto Santos, Marisa Nunes Galvão, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Waldemar Pessoa da Cruz.
 Representantes discentes: Alexandre Salino, Celso Meirelles Caseh, César Augusto Moreira, Francisco Sérgio Bernardes Ladeira, Júlio Sérgio Aires de Almeida, Leônidas de Oliveira Brandão, Márcio José Cicogna Gimenez, Maria Júlia Azevedo Gouveia, Ricardo Cirelli Neto, Roberto Sampaio Gânda-

ra Júnior e Sérgio Marrone Ribeiro.
 CEETPS: Oduvaldo Vendrameto
 FAESP: José João Auad Júnior
 FIESP: Horácio Lafer Piva
 FCESP: Abram Szajmam
 Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.
 Editor responsável: José Roberto Ferreira (MT 17.039)
 Editor: Paulo Velloso
 Redação: Adriana Machado, Denise Pellegrini Montes e Katia Saisi
 Arte: Celso Pupo
 Colaboraram nesta edição: Neuza Lemela e Reginaldo Moraes
 Produção: Sérgio Lopes
 Tiragem: 19.000 exemplares
 Composição, Fotolito e Impressão: Cia. Editora Joruês
 A reprodução de artigos, reportagens ou notícias, é permitida, desde que citada a fonte.



Paciência e trabalho

Talvez seja a palavra paciência a que mais fielmente possa descrever a UNESP hoje, especialmente quando estamos discutindo ou decidindo sobre rumos a tomar em relação a questões que são complexas ou delicadas.

Desde que conseguimos nos afastar de um longo período que foi quase de estagnação ou de empobrecimento para a Universidade, passamos, primeiramente, um curto período de tempo desejando superar o atraso quase que de imediato.

Nem sempre tivemos a compreensão de que, num estado de coisas há muito estagnado ou progressivamente empobrecido, seria necessário aguardar um tempo razoável para que a situação fosse revertida. Entendamo-nos: ninguém está fazendo críticas para esse estado, de certo modo, açodado, pelo qual passamos. Até que foi um período bastante instigador, pois definiu alvos bem claros para as nossas lutas; foi, antes de tudo, bem fermentativo. De qualquer modo, foi também por causa dele que conseguimos sair de uma situação que constrangia a todos nós e, o que é mais grave, que ocupava toda a nossa energia em disputas intermináveis ou em desassossegos, do que acabava resultando até mesmo certas modalidades de comodismo.

Tudo isso, em grande parte, passou. E passou porque soubemos ter paciência com o tempo, com esse intervalo entre a fase de nossas ansiedades não resolvidas, e a do atendimento de nossas legítimas aspirações (se não totalmente, pelo menos, em boa parte). Paciência que, no essencial, significou tanto perseverança quanto resignação. De um lado, conservamo-nos firmes e constantes, até mesmo devotados ou fiéis ao trabalho assíduo em defesa de uma Universidade onde pudesse vicejar, sem constrangimentos, desde a liberdade acadêmica e a autonomia da instituição, até as suas responsabilidades enquanto órgão público. Fomos capazes de suportar, por um tempo que não foi tão breve, uma situação que, muitas vezes, chegava a nos humilhar, quer pela intolerância então vigente, quer pelo uso autoritário do poder a que se estava habituado. Perseverar teve, então, o gosto da fidelidade na batalha pela vigência de princípios acadêmicos.

De outro lado, a paciência enquanto modalidade de resignação, não no sentido de passividade ou de indiferença ou mesmo de conformidade, mas no sentido de serenidade e de prudência, quando fugimos dos excessos ou dos exageros graças ao espírito superior que manifestamos



em não poucas ocasiões. Paciência: firmeza na ação e generosidade de propósitos, dois dos pilares que nos têm levado à construção das diretrizes político-morais distintivas do autêntico espírito universitário.

Paciência e trabalho. Trabalho que se diversifica em atividades de ensino, de pesquisa e de extensão de serviços à comunidade e sem desconsiderar as importantes atividades administrativas, para bem integrar as atividades-fins com as atividades-meios. Trabalho sério e bem disciplinado por se tratar, como é o nosso caso, de instituição pública; disciplina, é bom esclarecer, que tem o significado de conjunto das regras de convivência universitária, do ambiente especial que deve apresentar toda escola superior.

É preciso lembrar, neste passo, que o estudo (trabalho) constitui a nota distintiva da Academia, e é por meio dele que se realiza o processo de afirmação pessoal de alunos e de professores; na verdade, é o estudo que caracteriza a situação concreta de ambos. Digamos que, no trabalho escolar, é o interior do professor e do aluno que se exterioriza, se enriquece e se reconhece por intermédio da cul-

tura e do saber superiores. Por isso mesmo, é preciso bem cuidar das condições formadoras que a Universidade representa enquanto ambiente muito especial de ensino-aprendizagem. Daí o respeito que devemos ter pelo ordenamento e pela continuidade de tarefas, bem como pelo atendimento das hierarquias, pois são essências para o trabalho planejado e orientado para o sucesso da empreitada.

Assim, se podemos falar em direitos dos cidadãos, da mesma forma podemos aludir aos direitos/deveres civis de professores e de alunos, enquanto professores e alunos. Para, apenas, mencionar três deles, o direito/dever de: participar de um ensino de boa qualidade, pelo cultivo do exercício, do rigor, da objetividade, da simpatia; compartilhar de um processo educativo regulamentado, cujas regras também abrangem horários respeitados, programas cumpridos, objetividade na avaliação do desempenho, assiduidade e competência (condições, em si mesmas, formadoras de disciplina, pois refletem o código escolar, que não comporta equívocos e atitudes pouco sérias);

trabalhar em um meio ambiente capaz de exercer controle sobre a interação grupal, que exige autoridade e, também, tolerância, no qual as relações humanas se caracterizam pelo respeito mútuo e pela urbanidade, o que implica, igualmente, em linguagem polida e maneiras civilizadas. Também, aqui, podemos identificar elementos determinantes das diretrizes político-sociais que devem continuar sustentando o trabalho acadêmico na UNESP.

Por tudo isso, continuamos desenvolvendo cada vez mais nossos sentimentos de obrigação para com a entidade a que estamos umbilical e intimamente ligados, para a Universidade à qual, em primeiro lugar, prestamos serviços até como forma de manifestação de nossa lealdade. É nesse quadro que se combinam, de modo adequado, padrões ético-sociais que compreendem qualidades de caráter, obrigações sociais básicas e valores acadêmicos essenciais para o ensino e para a pesquisa. Daí poderemos afirmar, de modo sintético, que a paciência e o trabalho constituem duas peças fundamentais daquilo que gostaríamos denominar de a res acadêmica unespiana.

Autonomia. Agora, de fato



Se há uma questão que sempre se fez presente na vida universitária brasileira ela se chama autonomia. Reivindicada com maior ou menor ênfase, dependendo apenas do período histórico-educacional, a autonomia da universidade tornou-se mesmo quase que uma palavra mágica: uma vez pronunciada com o devido encanto, teria o dom de resolver, se não todos, pelo menos a maioria dos problemas da academia. Pois bem, a autonomia chegou. Não através de uma voz encantada, mas de uma maneira correta o bastante para ser até palpável. Na nova Constituição, em seu artigo 207, está anotado: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão finan-

ceira e patrimonial..." Essa novidade, no entanto, não foi festejada pela universidade. Mais que isso, passou a ter o efeito de uma "caixinha de surpresa" no momento em que houve a primeira manifestação declarada de um governante no sentido de se fazer cumprir o texto constitucional, mais precisamente o artigo 207. A intenção manifestada pelo governador Orestes Quércia, no dia 25 de novembro, de tornar autônomas a UNESP, UNICAMP e USP, provocou reações na comunidade universitária que podem ser caracterizadas, no mínimo, como estranhas. A palavra autonomia, que sempre esperou o momento de ter um ponto de exclamação como parceiro, acabou ganhando a companhia de um incômodo ponto de interrogação. Primeiro, porque a própria Constituição, em outros artigos, impõe medidas restritivas (como a proibição de contratação de estrangeiros pelo serviço público, por exemplo); segundo, porque

autonomia não pode ser confundida com soberania; terceiro, porque a própria comunidade acadêmica viu-se diante de um "dado novo": a autonomia é necessária, mas defini-la concretamente e viver sob sua égide será um grande desafio.

Para iniciar a discussão desse assunto, o **Jornal da UNESP** ouviu setores da universidade pública paulista que já estão diretamente envolvidos com a questão.

Nesta página, falam os reitores; na seguinte, representantes das associações e o secretário da Ciência e Tecnologia, professor Jorge Nagle. Na página 6, manifestações de lideranças estudantis e um artigo contando como a questão da autonomia esteve vinculada à universidade desde o seu surgimento, no século XI. Nas páginas centrais, uma entrevista com a socióloga Irene Cardoso, também trata do assunto.

Aumentarão as responsabilidades dos reitores

Quando o governador de São Paulo convocou os três reitores das universidades paulistas para comunicar-lhes que iria conceder plena autonomia àquelas instituições, de acordo com o disposto no artigo 207 da nova Constituição Federal, estava deflagrando também o início de um momento histórico. Naquela sexta-feira, 25 de novembro, começava-se, finalmente, a colher os frutos de uma luta muito antiga e vivia-se o coroamento de sucessivas reivindicações universitárias. Na presença de Paulo Milton Barbosa Landim, da UNESP, Paulo Renato Costa Souza, da Unicamp e José Goldemberg, da USP, Orestes Quércia comunicou que dentro de pouco tempo as universidades terão independência absoluta na escolha de seus reitores, na administração de seus recursos e na fixação de suas políticas salariais.

Ao contrário do que se poderia pensar, porém, a notícia foi recebida com certa cautela. O vice-reitor em exercício da UNESP, Paulo Landim, por exemplo, não escondeu uma certa apreensão ao citar o filósofo francês Jean-Paul Sartre, para quem "liberdade traz responsabilidade". "À medida em que fomos ganhando autonomia, poder de decisão, iremos também multiplicar as nossas responsabilidades", fez questão de frisar.

Durante a reunião com o governador, foi formada uma comissão integrada pelos três reitores, pelos secretários Jorge Nagle, da Ciência e Tecnologia, Frederico Mazzucchelli, do Planejamento, Alberto Goldman, da Coordenadoria de Programas do Governo, e Roberto Rollemberg, da Secretaria do Governo. A essa comissão foi dado o prazo de trinta dias para entregar ao governador sugestões de como deverá ser implantada a autonomia, além de um estudo sobre as legislações estadual e federal propondo as mudanças que venham tornar possível a adoção da medida. "A atitude do governador não é só das mais acertadas como também uma das mais revolucionárias dos últimos tempos", avaliou o secretário Jorge Nagle.

RESTRICÇÕES JURÍDICAS

Uma das primeiras providências do vice-reitor em exercício da UNESP, foi convocar uma reunião extraordinária do Conselho Universitário e constituir comissão formada por representantes docentes, técnico-administrativos e discentes. Sua preocupação inicial prende-se aos limites dessa autonomia, quer dizer, existem outros dispositivos constitucionais que estariam de uma forma ou de outra relacionados com o exercício pleno dessa autonomia. Paulo Landim disse que não pode-



Paulo Landim : UNESP



Paulo Renato : Unicamp



José Goldemberg : USP

mos nos esquecer que a Lei de Diretrizes e Bases ainda não foi revogada. "Por outro lado, o Estado de São Paulo terá de fazer sua nova Constituição onde também deverá constar a autonomia universitária." Ele acredita que a questão política da universidade, por exemplo quanto à escolha de reitores, não mudará enquanto não se revogar algumas leis.

Landim fala também de um outro aspecto, que deverá ganhar tonalidades mais fortes: a transparência administrativa. "Embora com a autonomia tenhamos maior liberdade de transferir verbas de um item orçamentário para outro, deveremos também dar explicações aos segmentos da universidade sobre a quantia destinada para cada setor — obras, manutenção etc." O maior controle interno, fruto da autonomia, exigirá também, no entender do vice-reitor, a constituição de um modelo mais complexo na administração. "Em contrapartida, isso deverá trazer um amadurecimento para a universidade e haverá um salto qualitativo, já que os problemas deverão ser discutidos em outra dimensão".

Paulo Renato Costa Souza, reitor da Unicamp, por sua vez explica que no momento em que se discute a ampliação da autonomia universitária, é preciso ter especial cuidado para manter o delicado equilíbrio entre recursos e autonomia. "Apenas assim este será verdadeiramente um momento de engrandecimento da universidade", afirma. Ele acredita que as limitações à autonomia estão vinculadas ao aspecto econômico-financeiro, onde registra-se a maior possibilidade de avanço. "Um maior grau de autonomia na gestão econômico-financeira permitiria, certamente a médio e longo prazos, eliminar des-

perdícios e aumentar a eficiência da universidade."

O reitor da Unicamp é de opinião que autonomia obviamente não pode significar isolamento, corporativismo ou irresponsabilidade perante a sociedade. "Ao contrário", disse ele, "deveriam ser criados mecanismos especiais de prestação de contas, além dos atualmente existentes, como o Tribunal de Contas ou a Assembléia Legislativa". Ele defende a criação de um Conselho Superior Interuniversitário, constituído exclusivamente por membros externos à universidade: representantes da sociedade civil, presidentes das associações científicas e profissionais, de empresários, de trabalhadores, da imprensa etc. "Creio mesmo que as atribuições que atualmente o governador tem na indicação das autoridades universitárias poderiam ser transferidas para esse Conselho."

GESTÃO FINANCEIRA

Paulo Renato Costa Souza, como fez o vice-reitor da UNESP, também formou comissão de representantes dos funcionários, docentes e estudantes da Unicamp, para solicitar sugestões sobre a forma de como a autonomia deverá ser estabelecida. Como pensasse, a princípio, em definir uma porcentagem da arrecadação tributária do Estado destinada especificamente à universidade, o reitor da Unicamp propõe que a definição dessa porcentagem deve ficar bem próxima aos níveis que foram destinados durante os anos de 87 e 88.

Entretanto, para José Goldemberg, reitor da USP, essa solução será eficaz somente se vier acompanhada de um mecanismo de reajuste automático, pois os salários também te-

rão de ser reajustados mensalmente, como resultado do movimento salarial de 88. "Ainda não está claro, por exemplo, como isso vai ser estabelecido para o funcionalismo estadual e, portanto, também não se sabe como deverá ser feito em relação às universidades", ponderou. O reitor da USP informou que há um consenso entre os membros da Comissão que estuda o assunto, em se definir um percentual máximo a ser usado com pessoal em cerca de 80%, de modo que fiquem garantidos pelo menos 20% para custeio e capital da universidade. "Sem isso, corremos o risco de nos vermos na situação das universidades federais, que têm um percentual bastante baixo para cobrir despesas, o que acabará por tornar inviável o funcionamento de qualquer universidade."

O reitor da USP também é favorável à instituição de um Conselho nas mesmas concepções de Paulo Renato, que atuaria como uma espécie de mecanismo externo de controle da universidade, no sentido de verificar se o que está sendo produzido pela comunidade universitária atende efetivamente às necessidades da sociedade. Esse Conselho teria, ainda, a função de escolher o reitor a partir de uma lista preparada dentro da instituição. "Não sou favorável que a universidade escolha seu reitor, pois ela não pode ser soberana a ponto de se auto-regular e estabelecer suas prioridades internas." Ele teme que, com a autonomia, as reivindicações dos grupos internos sejam muito mais extremadas do que são agora. "O que existe atualmente para garantir uma universidade responsável", concluiu, "são exatamente os mecanismos institucionais que ela possui".

ADs estão dispostas a enfrentar o desafio



Os professores que representam as associações dos docentes das três universidades paulistas acreditam que autonomia universitária é muito mais que uma simples

discussão da autonomia salarial. Eles vêm debatendo essa questão há muito tempo, antes mesmo da instalação da Constituinte Federal. "Nós queremos ter liberdade e independência para administrarmos e distribuímos nossos recursos. Essa é uma bandeira histórica do movimento docente, da qual não vamos abrir mão", afirma Lúcia Helena Lodi, presidente da Associação dos Docentes da UNESP — Adunesp. Mas ela adverte: "É preciso que fique claro: ao propor autonomia administrativa e, principalmente, econômica, o governo não estará se desobrigando de assumir seus encargos de responsabilidade em relação à Universidade." Ela continua explicando que, do ponto de vista econômico, a autonomia se traduz numa maior flexibilidade para se administrar os recursos. "Estávamos atrelados a uma lógica de administração pública que quase sempre deixa de corresponder às necessidades internas da universidade."

Francisco Miraglia, presidente da Adusp, compartilha essa opinião, acreditando não ser possível sacrificar ainda mais as verbas de custeio e capital para a Universidade em função do pessoal. Ele acredita que a verba para pagamento do pessoal tem de ser destinada, especificamente para esse fim, pelo governo do Estado. "A questão da sustentação da universidade continua sob a responsabilidade do Executivo, e é ilusão pensar que, a partir dessa autonomia, seremos nós a conduzir a questão da política salarial", afirmou.

Ainda em relação à questão financeira, José Vitório Zago, da Adunicamp, lembra o problema de antigos docentes das universidades, hoje aposentados. "Se o governo está gastando cerca de 80% do orçamento destinado às universidades só com o pagamento



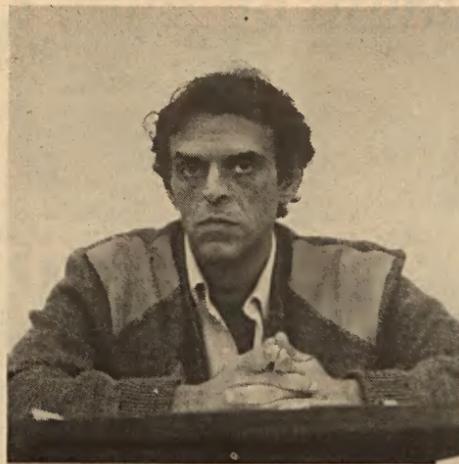
Lúcia Lodi: liberdade e independência

do pessoal, tem que garantir mais verbas para outras áreas, como a manutenção, o custeio e a expansão universitária, sem esquecer que continuaremos lutando por melhores salários e para se ter um ensino gratuito de qualidade."

Outro ponto sobre a autonomia que as ADs das três universidades paulistas têm em mente para esclarecer é no que se refere à administração. Para Lúcia Helena Lodi, da Adunesp, é preciso que a universidade tome consciência do aumento de suas responsabilidades a partir da independência para administrar seus recursos e decidir sobre seus programas. "Temos consciência que uma autonomia, no sentido pleno, irá nos colocar muitos problemas e aumentará nossa responsabilidade na gestão da Universidade."

Lúcia Helena acredita que caberá à universidade gerir a parcela da verba destinada ao custeio do ensino, pesquisa, expansão do ensino público do Estado etc. "Tudo isso é bastante preocupante, mas ao mesmo tempo é um desafio. A responsabilidade de definir os nossos programas não é uma questão simples e precisa ser bem detalhada", explica. Ela é da opinião de que deve haver uma gestão transparente e democrática, onde as pessoas tenham influência e saibam o que está ocor-

ARQUIVO



Francisco Miraglia: 25% ao ensino público

rendo dentro da universidade. É por isso que a presidente da Adunesp faz questão de salientar: "O problema é a perspectiva de não se cair numa prática de organismo isolado da sociedade, pois à medida que a universidade for se tornando independente do Estado, deve se preocupar em não se tornar um gueto".

Outro ponto merece a atenção de Lúcia Helena: se a autonomia não for formulada corretamente poderá fortalecer as correntes privatistas do ensino. Esse temor também passa pela cabeça de Francisco Miraglia, da Adusp, que chama a atenção para o que está consignado na nova Constituição Federal, no artigo 207, que se refere à gestão — administrativa, acadêmica e financeira — "o que não significa autonomia de finanças", disse. "Pensar em termos de autonomia financeira é voltar ao tempo da ditadura militar, que propunha transformar as universidades em fundações que poderiam vender serviços para conseguir verbas, comprometendo dessa forma o ensino público gratuito."

José Vitório Zago, da Adunicamp, é mais radical quando fala na manutenção do ensino público gratuito, "que deve ser garantida a ferro e fogo". "Se o Estado vai nos dar essa autonomia, tem de ser nos nossos termos,

OVIDIO VIEIRA

mantendo o ensino gratuito nas três universidades, mas garantindo também a possibilidade de melhora da qualidade desse ensino", afirma. Esses são alguns pontos sobre a discussão da autonomia de que os docentes não abrem mão: a gratuidade e a qualidade do ensino nas universidades.

Em outra questão a opinião dos docentes também é unânime: a escolha do reitor. "Os reitores vão ter de ser eleitos diretamente pela comunidade universitária; o que significa que mais do que nunca será necessário democratizar os nossos órgãos de administração e decisão — conselhos universitários, congregações, direções das unidades, chefias de departamentos. E se vamos manter a transparência administrativa, teremos de entrar nos problemas dos convênios, do financiamento das pesquisas, das fundações internas, nos núcleos e centros, nas funções gratificadas, e assim por diante", detalha José Zago.

É Zago ainda quem fala que os docentes de Campinas não gostaram da maneira como apareceu a discussão sobre autonomia da universidade: "Esse afogadilho, essa pressão para que o projeto fique definido até dia 28 de dezembro, em plenos festejos de final de ano, nos enche de apreensão", disse. Na Unicamp, o reitor fixou um organograma para reuniões com representantes dos docentes, funcionários e estudantes, mas todos concordam que o tempo é curto para se definir propostas sobre assunto tão sério e polêmico.

Também na UNESP, durante a última reunião do Conselho Universitário foi formada uma comissão de representantes dos docentes, funcionários e estudantes para debater sobre a questão da autonomia.

Francisco Miraglia acha que é preciso levar a opinião do pessoal diretamente envolvido com o assunto para os responsáveis. "Nós levaremos a proposta, já aprovada na plenária do movimento SOS Universidade, de que os 25% que o Estado deve destinar ao ensino — que a Constituição não estipula que sejam exclusivamente para o ensino público — revertam totalmente ao ensino público nos três níveis".

Mudança permite novos modelos para ensino superior

"Essa iniciativa representa, além de seu pioneirismo e de seu caráter revolucionário, o que de mais importante ocorreu na história do ensino superior brasileiro dos últimos tempos." Essa é a opinião de Jorge Nagle, secretário de Estado de Ciência e Tecnologia e presidente da Comissão instituída pelo Governo do Estado, encarregada de elaborar uma proposta de como se deve dar a aplicação do artigo 207 da Constituição brasileira.

Para o secretário, a importância da decisão governamental vai ainda mais longe: "Pode até ser considerada mais influente do que a própria iniciativa de criação das universidades do país, considerando-se o modelo então instituído", afirma.

Sua expectativa com relação ao trabalho da Comissão é que se evite o estabelecimento de um padrão único de autonomia para as três universidades do Estado. "Não se deve propor um conjunto idêntico de normas para a UNESP, UNICAMP e USP, até para não repetir a improdutiva solução que vem sendo sistematicamente adotada pelo Governo Federal para as universidades, solução essa que prescreve uniformidade ao invés de diversidade". Jorge Nagle observa que cada uma das três universidades estaduais possui história e características peculiares que as distinguem entre si. Para ele, essas condições devem ser contempladas.

De qualquer maneira, Jorge Nagle lem-

bra que o modo como o Governador propôs a questão significa que cada uma das universidades terá condições para assegurar fórmula própria sobre autonomia em cada uma das quatro modalidades consagradas no artigo 207 da Constituição: a didático-científica, a administrativa, a de gestão financeira e a patrimonial.

"É claro que a autonomia para cada uma das três universidades será aquela consagrada em sua legislação própria, especialmente em seus Estatutos", afirma. "Além disso — acrescenta — não devemos nos esquecer que essa iniciativa de atribuição de autonomia plena às universidades dependerá do grau de competência legal dos Estados, nos termos da legislação em vigor." O presidente da Comissão lembra ainda da disposição do Governo do Estado de fazer gestões na esfera federal para alterar dispositivos que limitem a atuação das universidades. "A nossa discussão sobre autonomia revelará a necessidade de ser desfeita a embrulhada que sucede entre a legislação federal sobre o ensino superior, do sistema federal de ensino e a legislação de âmbito propriamente nacional."

MUDANÇAS NAS LEIS

Um aspecto considerado importante para o presidente da Comissão é que esta proponha algumas regras gerais sobre a autonomia em seus diversos aspectos, que poderiam, inclusive, indicar a necessidade de

mudanças na legislação estadual para o efetivo cumprimento do dispositivo constitucional.

Sua proposta é que as regras gerais apresentadas pela Comissão façam parte de projeto de lei a ser remetido pelo Executivo à Assembléia Legislativa. "Ao mesmo tempo, pensamos que o mesmo Executivo poderá, em decorrência de determinadas sugestões das universidades, tornar sem efeito ou modificar, quase que de imediato, dispositivos da legislação estadual que inibem, dificultam ou mesmo impedem o exercício pleno da autonomia universitária." Jorge Nagle exemplifica, com relação à autonomia administrativa, que "o Estado poderá mudar as normas legais sob sua jurisdição, se tais normas não estiverem adequadas às características da vida universitária. Sob esse aspecto, estamos simplesmente lembrando que uma universidade nada tem de semelhante a uma secretaria de Estado: UNESP, UNICAMP e USP não devem estar sujeitas às mesmas normas da administração pública em geral", explica.

Outro aspecto destacado pelo presidente, é que "o trabalho da Comissão será igualmente importante porque antecederá muitas questões que deverão ser tratadas quer na Lei de Diretrizes e Bases, de âmbito nacional, quer na Constituição do Estado, quer, ainda, numa Lei Orgânica para o sistema escolar estadual ou Lei de Diretrizes e

Bases estaduais".

REFLEXOS NA UNIVERSIDADE

Para Jorge Nagle, com certeza a autonomia universitária trará novas implicações para a vida da universidade. "Da autonomia plena decorrerá, necessariamente, uma maior responsabilidade das universidades em relação aos seus planos de atividade e de aplicação de recursos, o que obriga a existência de órgãos internos capazes de planejar de forma cada vez mais rigorosa e confiável." Ele acrescenta ainda que, igualmente, serão necessários órgãos de acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Outras implicações destacadas pelo presidente da Comissão dizem respeito à própria estrutura organizacional da universidade. Para ele, "não resta dúvida de que os colegiados, tanto os centrais quanto os das unidades universitárias, deverão ser previamente reformulados tendo em vista as novas responsabilidades que, sem dúvida, passarão a existir com a efetivação da autonomia universitária plena".

A consequência máxima da autonomia universitária plena, entretanto, será o desaparecimento de modelos fixos, "tão em uso até os dias atuais". Segundo Jorge Nagle, "teremos, enfim, a oportunidade de assistir ao surgimento de modelos diversificados, modelos próprios e autênticos entre as universidades", conclui.



Estudantes preocupam-se com a nova medida



Os dirigentes estudantis das universidades públicas paulistas estão bastante preocupados com o tipo de autonomia que as universidades possam vir a ter. É consenso, entre eles, que a questão deve ser discutida primeiramente dentro da comunidade universitária e depois pelas comissões temáticas da Assembleia Legislativa, que vão elaborar a nova Constituição Estadual.

Para Ângelo Gomes, presidente do DCE da UNESP, o problema parece estar na definição exata do tipo de autonomia que a comunidade deseja. "Essa é uma luta histórica dentro da UNESP, e já existe um projeto, elaborado pela ANDES, da qual fazem parte muitos professores que discutem o assunto desde quando ainda eram alunos", afirma.

Outra preocupação dos estudantes diz respeito ao momento em que se fala dessa autonomia. "Por que só agora, pouco antes dos constituintes estaduais iniciarem os debates sobre a nova Constituição e logo depois de uma greve geral que parou as três universidades por quase dois meses, toca-se no assunto?", indaga Dênis de Andrade, coordenador geral do DCE da USP. "A impressão que se tem é que o governador quer se ver livre do verdadeiro problema, que é a reivindicação salarial dos docentes." Dênis comenta ainda que estranhou muito o fato de o rei-



A voz estudantil, sempre reivindicando mais liberdade para as universidades

tor ter aprovado o novo estatuto e depois tê-lo submetido à apreciação do governador. "Ora, com a promulgação da nova Constituição Federal, que concede autonomia à universidade, não haveria mais necessidade desse aval. No entanto, quase ao mesmo tempo em que anunciava os estudos para conceder a autonomia, Orestes Quêrcia assinava o novo estatuto", disse o coordenador do DCE da USP.

Para os estudantes da Unicamp, de maneira geral, não é a autonomia da universidade que preocupa, mas a continuidade do próprio ensino público gratuito. "Falar em autonomia nesse momento, e da maneira como ela está sendo colocada, sugere uma volta aos tempos do Projeto Geres do ex-ministro Marco Maciel, onde a universidade ficava fora do Estado e de seu orçamento, mas atrelada às empresas privadas para conseguir fi-

nanciamento para suas pesquisas", pondera Yeda Bocaletto, da diretoria do DCE da Unicamp e representante discente no Conselho Universitário.

Alexandre Slikta e Reinaldo Cicone, também da Unicamp, manifestam a mesma preocupação. "Esta situação obrigaria as universidades a vender seus serviços para sobreviver, e isso significaria o fim do ensino superior gratuito". Ângelo Gomes, do DCE da UNESP, também admite a hipótese de que a autonomia possa vir a ser o pretexto que faltava para atrair o investimento do setor privado. "Isso é uma ameaça terrível para a bandeira do ensino público", disse.

Afirmado que até agora ninguém se preocupou em levar as discussões sobre autonomia até os representantes das universidades federais, Dênis de Andrade explicou que o movimento "SOS Universidade" foi formado exatamente com a função de recolher opiniões de todos os setores ligados à universidade, promover discussões e levar aos constituintes estaduais contribuições sobre o assunto. "É como se não existíssemos", garantiu.

Para Ângelo Gomes, da UNESP, finalmente, há duas questões básicas, que ele insiste em retomar: "É preciso, primeiro, que a autonomia nos garanta liberdade na escolha dos membros de todos os órgãos dirigentes da universidade e, depois, que o estatuto recentemente preparado seja adaptado a esta nova realidade."

Bolonha, nove séculos à frente

A questão da autonomia da universidade, tal como se coloca hoje, surgiu apenas no século 19, com a Universidade de Berlim. Até então, as universidades eram subordinadas ao poder da Igreja ou ao poder instituído. De qualquer maneira, houve uma exceção: a Universidade de Bolonha.

A mais antiga universidade do mundo se apresentava, desde o seu surgimento em 1088, como uma instituição autônoma. Resultado da associação espontânea de estudantes e professores, caracterizava-se como "uma escola de altos estudos baseada no princípio da independência da pesquisa científica, na estreita ligação entre a pesquisa e o ensino, na existência de uma organização separada e autônoma diante de qualquer poder externo", conforme explicou seu atual reitor, Fabio Roversi-Monaco, por ocasião das comemorações do 9º centenário daquela Universidade. (Veja Jornal da UNESP n.º 32 — novembro/88).

Nessa época, os estudantes escolhiam livremente e remuneravam os professores. Em função dessa inédita associação, a Universidade de Bolonha era autônoma com relação aos poderes eclesiásticos e reais.

Mas ela foi uma exceção. O surgimento da universidade coincidiu com o movimento de urbanização europeu que marcou o fim do feudalismo. No período feudal, havia uma fixação da população no campo, forçada pelo próprio sistema econômico. Os movimentos populacionais só ocorriam em função das guerras e das peregrinações.

As primeiras escolas, que surgiram simultaneamente ao aparecimento das cidades, localizavam-se nos antigos centros de peregrinação, como em Chartres, Lions, Reims. Eram — ao contrário da de Bolonha — "escolas catedrais", vinculadas à Igreja e controladas pelos bispos. Nesse momento, não se tinha idéia de autonomia.

Com a concorrência entre essas escolas, elas foram agrupadas, como a Nossa Senhora de Paris, que se transformou na Uni-

versidade de Paris, entre 1198 e 1215, unindo as faculdades de teologia, artes e medicina, rivalizando com Chartres. A universidade sai, então, das mãos dos bispos e cai nas mãos do rei. Por isso, as primeiras universidades que aparecem são uma espécie de conglomerados das escolas episcopais.

TENTATIVAS

Com o crescimento das cidades, surgiram também, além dos movimentos radicais de contestação do poder vigente — quer do papado, quer do senhor feudal —, os movimentos heréticos, que acabaram sendo controlados pela Igreja, através da criação de ordens, como a dos franciscanos e a dos dominicanos. Os contestadores, em sua maioria jovens, passaram a dar aulas nas universidades e a servir de ligação entre a sociedade urbana que surgia e a Igreja. São Tomás de Aquino é um exemplo. Justamente por essa mobilidade havia certa autonomia em relação ao poder da Igreja.

Com a expansão árabe, o ensino médico, ótico e físico foi introduzido nas universidades européias. Mas o medo com relação a essas novas disciplinas levou a Igreja a exercer maior controle das escolas, limitando seu ensino. Ao mesmo tempo, os comerciantes dos burgos se interessavam pela instalação de universidades, mas também temiam pela excessiva liberalidade dos estudantes e tentavam controlar as escolas. É esse o panorama até o século 14.

RECESSÃO

A partir de então, os poderes eclesiásticos e reais passaram a fazer doações de terras e prédios à universidade. Em contrapartida, esses poderes passaram a intervir nos estatutos das universidades.

Nessa época (séculos 16 e 17), as universidades tornaram-se excessivamente conservadoras e burocráticas, transformando-se em instrumentos políticos. Datam desse período as universidades de Marburg (1527); Königsberg (1543); Iena (1558); Não

só a Igreja e o Estado fundam universidades para seus serviços, mas também as municipalidades: Leyden (1575), Edinburg (1583), Estrasburgo (1566 e 1621).

O Renascimento, ao contrário do que se poderia imaginar, não contou com a colaboração das grandes universidades, que eram contra o movimento. Alguns centros participaram, mas a maioria era defensora de formas arcaicas da cultura e do ensino. Quando os governos começaram a fundar universidades menores, elas não tiveram qualquer autonomia. Eram adaptadas para o ensino exclusivo de matérias requeridas pelos progressos técnicos, pelo mercado e pelos interesses governamentais. Trata-se do século 18.

BERLIM

Com as guerras européias e os movimentos de libertação nacional do século 19, as coisas se modificaram: a Universidade de Berlim (1810) é o melhor exemplo; com influência de Humboldt, Fichte, Schleiermacher, surgiu no bojo do movimento antibonapartista. Embora seja obra do Estado Prussiano, ela recolheu a multidão que lutava contra o invasor. Foi a primeira a colocar ensino e pesquisa como funções essenciais da universidade. Como seus fundadores acreditavam ser impossível um ensino sério sem a participação ativa dos professores na pesquisa, criaram hospitais, laboratórios e institutos no interior da universidade. Surgiu então com maior clareza a idéia de que a universidade tem que ser livre para pesquisar o que quiser, da maneira que quiser.

AMÉRICA E BRASIL

Na América, a história da universidade seguiu o mesmo processo. As primeiras universidades surgiram a partir do século 16, como a do México (1551) e Lina (1553) e também estavam vinculadas à Igreja.

No Norte, só "colleges" confessionais funcionaram até 1785, quando foi fundada a primeira universidade do Estado, a da

Georgia. Harvard (1636) e Yale (1701) foram inicialmente congregacionais, e Princeton (1746), presbiteriana. Universidades com grandes fundos doados por particulares começam a se estabelecer no século 19, como, por exemplo, a de Chicago (1892).

No Brasil, a cultura não esteve ligada durante muito tempo à universidade, porque existiram apenas escolas isoladas, a partir do século 19. É o caso, por exemplo, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A universidade brasileira nasce nos anos 30, no Estado de São Paulo, onde já tinham sido criadas instituições científicas — os institutos Agrônomo e o Biológico, as escolas Politécnicas e a de Medicina.

Com a riqueza advinda do surto cafeeiro em São Paulo, foi organizada a USP, a única universidade das oligarquias brasileiras contemporânea com a industrialização do país. Provavelmente por causa disso, ela nunca tenha sido realmente assimilada pelo governo e, portanto, os políticos não estavam preparados para aceitar a autonomia da universidade no país. O processo de agrupar institutos e escolas isoladas — particulares ou municipais — consumou-se na criação de outras universidades também em outros Estados, inclusive em nível federal.

Em 62, o governo de São Paulo concedeu, pela primeira vez, uma relativa autonomia à universidade: na época, o governador Carvalho Pinto assinou decreto dando maiores poderes ao reitor, que passou a contratar seu próprio pessoal. O fato foi tão significativo, que ficou conhecido como a "lei áurea" da universidade. Mas o golpe militar que viria quase em seguida, em 64, impediu que a medida fosse ampliada, restringindo ainda mais a autonomia da universidade brasileira, limitada pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1968.

Colaboraram os professores Roberto Romano, Fausto Castilho e Antonio Barros de Ulhôa Cintra.

Pesquisa comprova contaminação por mercúrio em Barra Bonita

Lembrada principalmente como um importante pólo gerador de energia, a barragem de Barra Bonita, na confluência dos rios Piracicaba e Tietê, na região central do Estado, destaca-se também pela intensa atividade pesqueira ali desenvolvida. Com a descarga em suas águas de parte dos esgotos da grande São Paulo, a partir de 1983, era inevitável que antigos problemas de poluição fluvial se agravassem e várias doenças começassem a acometer as populações das cidades que margeiam os rios.

Conclusões tiradas de um relatório realizado pela equipe da Divisão de Pesquisas de Ecossistemas Aquáticos da CETESB — Companhia e Tecnologia de Saneamento Ambiental —, em agosto de 1986, levaram alguns docentes da Universidade a se envolverem com a questão. O relatório mencionava a necessidade de orientação à pesca e ao consumo de pescado na região. O motivo: 62% das amostras de musculatura de peixes carnívoros analisadas apresentaram níveis de contaminação de mercúrio acima do limite estabelecido para o consumo humano, que é de 0,5 ug/g (micrograma de mercúrio por grama de musculatura).

Em abril de 1987 foi formada uma equipe de técnicos e docentes do Instituto de Biociências (IB) — campus de Botucatu, financiada por dez prefeituras da região, que começou a realizar estudos para verificar o acúmulo de mercúrio nas chamadas populações de risco. O professor Igor Vassilieff, coordenador do projeto, denominado "Níveis de mercúrio no sangue e na urina de pescadores residentes às margens dos rios Tietê e Piracicaba que formam a barragem de Barra Bonita, no Estado de São Paulo", afirma, com base nos resultados da pesquisa que, de fato, os pescadores são os mais atingidos pela contaminação. "Além de manipular os peixes, os pescadores consomem as espécies carnívoras, que têm menor valor comercial e acumulam maior quantidade de mercúrio", explica Igor.

Baseada nestes dados, a equipe saiu a campo para proceder exames nas famílias de pescadores profissionais residentes em cinco comunidades da região: Igarçu — Barra Bonita, Anhembi, Rio Bonito, Santa Maria e Tanquã. No total, 140 pessoas passaram pelo exame clínico e tiveram sangue e urina coletados. Além disso, responderam a um questionário que indagava sobre a profissão atual e a anterior, grau de instrução, frequência de ingestão de peixes etc.

RESULTADOS

Os resultados mostraram que, nas regiões de Igarçu — Barra Bonita, os níveis médios de mercúrio no sangue e na urina superaram os limites estabelecidos como aceitáveis — 1 ug/ml para o sangue e 10 ug/ml para a urina. Outro fator notado: nessa região, onde foi constatado o maior consumo de peixes, os níveis de mercúrio eram mais elevados tanto para os pescadores como para os consumidores. Os menores níveis médios de contaminação foram verificados na região de Santa Maria, onde o consumo de peixes era menor.

Separados os pescadores e ajudantes de um lado e os não-pescadores ou apenas consumidores de outro, constatou-se que os níveis médios de mercúrio no sangue e na urina apresentaram-se mais altos nos trabalhadores, em relação aos outros. Para o professor Igor, essa é uma constatação importante. "A literatura internacional não cita a manipulação como forma de contaminação com mercúrio, mas nossos estudos mostraram que ela também ocorre", afirma.



Vassilieff: níveis inaceitáveis de mercúrio

Dependendo de sua concentração no organismo, o mercúrio pode levar até à morte. Segundo a literatura médica, o óbito ocorre em 17% dos casos de pessoas que tiverem um nível de mercúrio no sangue de 4,0 ug/ml ou em 28% dos casos quando o nível de concentração for de 5,0 ug/ml. Parentesias (formigamento de extremidades) são sintomas apresentados em 5% dos casos que tenham 0,5 ug/ml de concentração de mercúrio no sangue e em 100% das pessoas que apresentam 5,0 ug/ml. Além disso, casos de ataxia (falta de coordenação dos movimentos), disartria (dificuldade de articulação das palavras), ou mesmo alterações auditivas e visuais também são frequentes.

Terminado o trabalho, a equipe do IB deu uma ampla orientação aos moradores das comunidades. Para minimizar ou extinguir os efeitos do metal no organismo (que ali permanece por cerca de 150 dias), os pescadores e ajudantes deveriam usar luvas, ter maior higiene e evitar o trabalho sempre que houvesse algum tipo de ferimento. Além disso, claro, o consumo de peixes, na região, deveria ser diminuído.

Passado um ano, a equipe visitou as mesmas comunidades para novas análises. "Nada foi feito. Ninguém está trabalhando de luvas ou tomando qualquer outro cuidado", lamenta o professor. Para ele, apesar de a solução para a poluição dos rios não estar ao alcance de sua equipe ou mesmo da Universidade, os cuidados para a não-contaminação das pessoas é de responsabilidade da área da Saúde. "Somos nós que temos que interferir, mas a orientação às pessoas é uma tarefa muito difícil", diz.

Segundo o professor do IB, a segunda fase do projeto, que ficará pronta no início do próximo ano, sofreu algumas mudanças com relação à primeira fase. O maior problema encontrado nesta etapa foi a mudança das pessoas ouvidas anteriormente: cerca de 50% das que foram examinadas no ano passado não se encontram mais nas comunidades.

Outros aspectos estão sendo considerados neste ano. Estão sendo colhidos também, por exemplo, os dados daqueles pescadores que trabalham igualmente na lavoura e ficam expostos aos agrotóxicos. "A importância desse estudo", afirma Igor, "é detectar se a sintomatologia apresentada é decorrente apenas do mercúrio ou se está havendo uma ação também dos defensivos". Outro ponto que está sendo estudado é o fator genético. "Será possível verificar, por exemplo, as alterações que ocorrem nos cromossomos humanos devido à ação desse metal", diz Igor.

UNESP instala CEPEL e começa a atuar no litoral do Estado

Embora a Baixada Santista seja uma das regiões mais densamente povoadas do Estado, nenhuma das três universidades estaduais mantém lá uma unidade de ensino ou pesquisa em caráter permanente e estável. Foi pensando justamente neste aspecto que uma comissão, integrada por docentes do campus de Rio Claro, resolveu iniciar estudos para a implantação de um núcleo visando a solucionar ou, pelo menos, minimizar os problemas educacionais da região.

Hoje, passados cerca de seis meses desde a sua idealização, o Centro de Ensino e Pesquisas do Litoral Paulista (CEPEL) é uma realidade. Tendo à frente as professoras Myrna Rossi Rego (coordenadora do programa) e Silvana Maria Pintaudi, ambas do Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), e Lázara Cordeiro, do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências (IB), o CEPEL está provisoriamente instalado numa sala da Escola Municipal "República de Portugal", em São Vicente, de onde deverá se mudar para o bairro Parque Bitaru, tão logo fique pronta sua sede, a ser construída em um terreno de 8.000 m² doado pela prefeitura local.

Para oficializar a instalação do Centro no litoral, foi realizado, no último dia 25 de novembro, no Clube de Regatas Tumiaru, em São Vicente, uma solenidade que contou com as presenças do secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Jorge Nagle, do prefeito, Sebastião Ribeiro da Silva, do secretário Municipal de Educação, Luiz Antonio Ares Marques, e do vice-reitor em exercício, professor Paulo Milton Barbosa Landim. Na solenidade, onde foi lida aos presidentes a mensagem de doação do terreno para a construção do CEPEL, o secretário da Educação, Luiz Ares Marques, lembrou que sua pasta estaria à disposição da UNESP "para tudo o que for preciso". Com o mesmo entusiasmo, a diretora do Serviço de Apoio Social, presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e principal articuladora do projeto junto aos órgãos dirigentes da cidade, Nadir Peres de Souza, comentou a extrema oportunidade da criação do Centro, "que vem ao encontro dos ideais vicentinos". "Afinal", ela completou, "ter uma instituição educacional gratuita é o sonho de muitos jovens daqui".

RECICLAR, O PRIMEIRO PASSO

Um dos objetivos imediatos do CEPEL é contribuir para a melhoria do nível de ensino nas escolas públicas da região, avaliando as necessidades dos professores de 1º e 2º graus. A reciclagem desses professores, que se dará através de cursos, faz parte da primeira etapa do projeto do CEPEL e recebeu o nome de "Programa de aperfeiçoamento permanente dos professores do litoral." O programa vai envolver os professores das escolas da Divisão Regional de Ensino de Santos, que abrange os municípios compreendidos entre Itanhaém e Guarujá.

Segundo estudos realizados pelas docentes envolvidas na criação do Centro, grande nú-



JOÃO VIEIRA

A instalação do CEPEL foi motivo de cerimônia (acima). A professora Myrna Rego (ao lado) explicou os objetivos do Centro



mero de professores que atuam na rede oficial de ensino de 1º e 2º graus tiveram formação precária. Além disso, o número de vagas oferecidas pelas universidades públicas não é suficiente para atender a demanda, sobretudo, dos candidatos do litoral. "A carência de ensino público e gratuito na região é muito grande e o predomínio das escolas particulares é absoluto", avalia a professora Myrna Rego.

Para que esse programa tivesse êxito, a Comissão decidiu realizar, no dia 1º de outubro passado, numa escola de São Vicente, um encontro entre os professores de 5ª a 8ª séries e 2º grau das áreas de Linguística, Literatura, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Inglês, Artes Cênicas, Música, Artes Plásticas e Educação Física. O objetivo, plenamente atingido, foi colher subsídios para melhor se conhecer a realidade de ensino da Baixada Santista. "Essa primeira atividade realizada pelo CEPEL nos permitiu fazer um diagnóstico dos resultados imediatos que iremos obter atuando no litoral e deixou evidente a boa receptividade por parte dos professores da região", afirma Myrna.

Para o próximo ano, o CEPEL tem programado doze cursos, que serão ministrados por docentes das UNESP e convidados de outras universidades em duas escolas de 1º e 2º graus de São Vicente. "Estima-se que os cursos, que abrangerão todas as disciplinas básicas e terão, no mínimo, 30 horas de duração, atenderão cerca de 400 professores", afirma Myrna. "Após os cursos", ela completa, "haverá assistência e acompanhamento permanente a esses professores".

BANCO DE DADOS

Paralelamente à realização de cursos de reciclagem, as coordenadoras do Centro de Ensino e Pesquisa prevêem a instalação de laboratórios e de uma biblioteca especializada em problemas do litoral. "Essa biblioteca e os laboratórios serão utilizados não só pelos professores e alunos da rede, mas por toda a população interessada em obter informações sobre o litoral", garante a professora Lázara Cordeiro.

Além disso, com a função básica de apoiar didaticamente professores e pesquisadores, será implantado no Centro um banco de dados onde serão armazenadas as informações sobre a região, desde a temperatura de toda essa faixa de litoral, até o movimento dos portos.

Entre 1966 e 1968 o Governo Federal gestou uma reforma na universidade. Alegava-se ser necessário racionalizar aplicação de recursos, aumentar produtividade, adequar a escola às necessidades do desenvolvimento econômico. Em que consistiam essas reformas?

Isso tem uma história. Rudolph Atcon, conhecido pelo famoso "Relatório Atcon", alvo dos movimentos estudantis de 1965 a 1968, esteve no Brasil nos anos 50, prestando serviços à Campanha (depois Coordenação) de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Retorna depois de 64 e é contratado pela Diretoria do Ensino Superior para propor alterações na universidade brasileira. Visita doze universidades e elabora um "diagnóstico", seguido de sugestões. Ao mesmo tempo, no primeiro semestre de 1965, realiza-se o primeiro acordo MEC-USAID, para organizar uma comissão de alto nível que iria assessorar o planejamento de ensino. Em 1966 cria-se o CRUB-Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — e Atcon foi seu primeiro secretário. O objetivo dessas iniciativas era a modernização administrativa, tomando como modelo inspirador a universidade americana. Daí vêm os "princípios" que você menciona na pergunta.

Parece se tratar de uma perspectiva fundada na teoria do capital humano: investimento em "gente"...

A linguagem e o enfoque eram essencialmente econômicos, traziam perspectiva do planejamento econômico. A mesma situação, aliás, se observa também no Plano de Metas para a Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento Científico, da CAPES-CNPq (1987-89), que fala em termos de "estoque de doutores", "déficit" de mestres, melhoria de produtividade, "quantidade, qualidade e perfil de cientistas adequados ao modelo de desenvolvimento" etc. Nesse plano de metas, a definição de setores prioritários ia também por aí: Informática, Engenharia e Ciência dos Materiais, Biotecnologia e Química Fina — eram as mesmas prioridades do PND-SEPLAN. Curiosamente, o GT para a Reforma era uma combinação de produtivistas com a concepção tradicionalmente liberal — Roque Spencer Maciel de Barros, por exemplo...

Hoje, a modernização e o investimento na universidade também têm como contrapartida uma certa orientação do trabalho, uma certa forma de avaliação.

Certamente, nas duas situações a avaliação é central. E uma certa avaliação, essencialmente quantitativa.

Um quantitativo muitas vezes até grotesco.

Muitas vezes...

A avaliação vinha freqüentemente acompanhada de uma idéia de "transparência", prestação de contas à sociedade...

Quando a questão da avaliação foi posta em alguns departamentos, o modelo de avaliação era, muitas vezes, aquele realizado nos centros de pesquisa, que precisavam enviar suas avaliações para os órgãos financiadores. E muitos dos argumentos iam por esse caminho. Na mesma

direção, foram realizadas experiências de avaliação de departamentos a partir de métodos essencialmente quantitativos, coordenadas por um representante do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Mas esse tipo de avaliação já existia para as pesquisas financiadas pelo CNPq, CAPES etc...

Sim, na pós-graduação já se tem isso há muitos anos. O que se fazia, às vezes, era contornar internamente algumas restrições, procurando preservar a orientação dos cursos frente a imposições vindas dessas fontes.

A avaliação também se vincula à "indissociabilidade ensino-pesquisa", lema da reforma universitária de 1968...

Veja, também aí existe uma pequena história a lembrar. O renascer da "avaliação", de certo modo começa com a "Comissão de Alto Nível", constituída logo no início da Nova República, em março de 1985, para estudar a reformulação do ensino superior. Depois, temos o relatório do GERES-Grupo Executivo para a Reforma do Ensino Superior (1986). Inumeráveis artigos saem na imprensa, a respeito do tema. Do ponto de vista do relatório GERES, temos uma espécie de divisão de fato nas universidades brasileiras: as universidades de ensino e as universidades de conhecimento. A prioridade, contudo, aparece sendo a pesquisa — a universidade de conhecimento, onde a pesquisa é atividade, fim. Há duas universidades, de fato, segundo essa ótica: universidades de primeiro nível e de segundo nível. E isto iria colocar na ordem das discussões — ao lado da autonomia, e limitando-a — um controle que "terá de assumir formas outras que o simples controle dos meios": trata-se do "controle finalístico", realizado a partir de um "sistema de avaliação do desempenho". Não se prega "apenas o controle social da utilização dos recursos", mas também "do processo de formulação de políticas e de estabelecimento de normas para o sistema educacional" — o controle "finalístico".

Voltando à reforma de 1968: a eficiência tecnológica teria resultado em investimento, em pesquisa, nas universidades?

Não exatamente. As universidades não agiram como instituições de pesquisa de ponta. Esse tipo de pesquisa foi realizado principalmente em instituições extra-universitárias, nos anos 70: empresas estatais e privadas. Há um texto muito interessante a respeito, da Fernanda Fonseca Cabral e outras pesquisadoras, cuja leitura recomendo. Pode-se ver claramente alguns exemplos desses pólos de pesquisa fora da universidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Instituto de Pesquisas Espaciais, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, CESP, Petrobrás, Siderbrás, Telebrás etc. Aí se realizava a pesquisa em áreas estratégicas ou de retorno mais imediato. Há, ainda, na linha da privatização ou da "modernização empresarial", o surgimento ou proliferação das Fundações. Isto é, minimizava-se a aplicação de verbas para a universidade, estimulava-se o estabelecimento de convênios com empresas privadas, via Fundações, que apareciam, nesse modelo, como mais

ENTREVISTA

Irene Cardoso

Universidade, reforma, autonomia, avaliação...

Reforma universitária e avaliação serão temas obrigatórios no próximo ano, principalmente em função do debate que se instala particularmente em São Paulo tendo como eixo a Assembléia Constituinte estadual e as recentes polêmicas sobre autonomia. Considerando ainda que a reforma universitária de 1968 está completando vinte anos, o *Jornal da UNESP* foi ouvir a socióloga Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, professora do departamento de Sociologia da USP e dedicada estudiosa dos assuntos da universidade. Seu livro *A Universidade da Comunhão Paulista*, (Editora Cortez) desde que foi lançado, em 1982, passou a se constituir como referência obrigatória no debate sobre autonomia e avaliação.

A professora Irene Cardoso colaborou no livro coletivo *Maria Antônia — Uma Rua na Contramão* (Nobel, 1988) e brevemente terá seu artigo sobre *A modernização da universidade brasileira e a questão da avaliação* publicado no também coletivo *Ensino Superior Brasileiro: Transformações e Perspectivas* (Brasiliense).



CLÓVIS FERREIRA LIMA

eficientes para captar recursos e utilizá-los dinamicamente. Isso explica, em parte, por que a universidade foi relativamente preservada desse tipo de discurso avaliador até, digamos, 1985.

Preservada ou tolerada...

Talvez. Mas não houve apenas a tolerância, houve resistências. Por exemplo, resistências contra a tentativa de acabar ou deformar os cursos de Ciências Sociais. Pois bem, a mudança de enfoque — investir na universidade — vem junto com a exigência de avaliação. Por isso, volto à questão anterior: a pesquisa de ponta foi sendo feita fora da universidade. Mas depois de 1985, aproximadamente, temos uma espécie de retomada desse investimento em pesquisa e na pós-graduação dentro da universidade. Junto com isso vem o discurso da avaliação e do planejamento. Há um binômio planejamento/avaliação, que é, talvez, um outro modo de colocar o binômio autonomia/avaliação. E, além disso, é bom lembrar que, nos anos 70, há também uma privatização do ensino superior, e não só da pesquisa de ponta. É a conhecida proliferação de escolas privadas com recursos públicos.

Quanto à avaliação, ela corresponderia também a uma "padronização" de certos critérios...

Sim, às vezes dando resultados curiosos e

reveladores. Veja, por exemplo, que há avaliações e levantamentos feitos na USP a partir de listagens obtidas via SIB-Serviço Integrado de Bibliotecas. As listas são feitas conforme regras da ABNT, utilizadas para classificação bibliográfica, onde não é o autor da resenha ou da tradução que aparece, mas o traduzido. Para lembrar um exemplo que entra no terreno da galhofa, Hesíodo certamente estaria na lista da USP, mas não o seu tradutor... Essa normatização, feita a partir de uma associação de critérios técnicos de tipo industrial, tem certamente alguns limites... De certo modo indicativo da tendência rumo à avaliação é o texto de um acadêmico de reconhecido valor, Simon Schwartzman — "Funções e metodologias de avaliação do ensino superior". Afirma-se aí a "tendência natural à entropia" nas instituições de modo geral e que, portanto, "são necessários estímulos específicos" para atingir a "excelência e o bom desempenho". Os processos avaliativos seriam instrumento para desenvolver um "mercado de qualidade" na educação e na pesquisa: "estudantes podem escolher com liberdade suas escolas, os professores podem optar por se transferir de uma universidade para outra e instituições de apoio à pesquisa podem escolher que projetos e que instituições financiar". A analogia vai até o ponto de comparar universidade e fábrica, ligadas por elementos comuns: a competição pelo mercado, pela

permanência dos melhores funcionários etc.

E a autonomia, que volta a ser discutida hoje?

Bem, veja a história da autonomia do decreto de Vargas, em 1931, sobre a organização das universidades brasileiras, redigido por Francisco Campos. Tratava-se de uma autonomia relativa, estendida — com o correr dos tempos e a depender de um amadurecimento comprovado — para uma autonomia maior. Isso, ironicamente, reaparece no relatório do GERES, quando se refere aos Institutos Isolados, que não teriam como se constituir no momento em universidades de conhecimento. O reconhecimento do "status universitário" seria fundamental para a obtenção de autonomia para esses Institutos.

Em 1968, os financiamentos ou as promessas de financiamento externo vinham juntos com o tema da avaliação e da reforma. Hoje, a avaliação também vem junto com a questão dos financiamentos...

Que recolocam de outro modo a questão da autonomia. O que significa a autonomia universitária? Não é por acaso que "autarquia" seja um termo recorrente na Lei de Diretrizes e Bases ou na Lei 5.540. Recoloca-se a questão de a universidade responder ou não a demandas de caráter imediato, vindas do Estado ou da empresa. Até que ponto essas demandas externas serão mediatizadas ou não por um trabalho elaborado academicamente? Ou, efetivamente, a universidade será transformada em instituição prestadora de serviços? Isso não é, aliás, fenômeno apenas brasileiro. Um autor chave para toda essa discussão é o Laurent Schwartz, certamente uma referência para muitos desses argumentos sobre avaliação. Ele veio para cá e, depois, foi publicada a tradução do seu livro *Para salvar a Universidade*. Aí se colocam essas questões de que estamos tratando, além de outras como a "emergência" do "sindicalismo universitário". A universidade aparece como algo essencialmente vinculado à pesquisa tecnológica de ponta, à competição. Esse tema da competitividade é reiterado. Vale a pena destacar o que ele fala sobre o exercício do poder na universidade e as suas repercussões sobre a qualidade do ensino e da pesquisa. Manifesta o receio de que os conselhos científicos acabem compostos não em função de critérios de competência, mas de critérios sindicais. O apresentador da edição brasileira, Roque Spencer Maciel de Barros, procura aliás apontar um paralelismo entre essa situação e o caso brasileiro.

Para a universidade, essa adesão ao imediato pode dinamizar a curto prazo (inclusive, no que diz respeito a financiamentos), mas a longo prazo pode ser suicida...

Sim, a pesquisa básica não é necessariamente "aplicada" e não implica necessariamente geração direta de tecnologia.

Mas a longo prazo, mesmo para a argumentação do tipo custo-benefício, a pesquisa básica também teria sentido — não imediato, certamente, mas em ondas mais longas...

Sim. Há a questão do tempo de elaboração de um trabalho, uma temporalidade da pesquisa que não pode ser medida desse modo. No caso das Ciências Humanas é ainda mais grave: as demandas imediatas podem acabar por desfigurar esse campo, mesmo que os objetivos possam ser politicamente defensáveis. Essas demandas não devem ser exteriores à universidade, quer dizer, a universidade não deve fechar-se, ficar alheia a essas demandas. Mas a redução é perigosa. Corre-se o risco de ter trabalho acadêmico identificado com relatório de pesquisa puro e simples. Já se corre o risco de ter isso como "normal" nas Ciências Humanas.

Quais os projetos de reforma universitária que se confrontaram em 1968?

Retomando a documentação da época percebemos que os projetos das "paritárias" foram extremamente numerosos. Havia a paritária da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que englobava muitos Institutos da USP. Projetos da Faculdade de Higiene, da Medicina de Ribeirão Preto (USP), da Faculdade de Economia, projetos elaborados por professores da Faculdade de Direito, como Cesarino Jr. ou Alfredo Teles Jr. Numerosos projetos, além desses, todos, em geral, bem detalhados e globais. Coisa espantosa para uma época de tanta atividade e "convulsão". Além desses, um projeto de governo e um projeto vindo de dentro da Reitoria da USP, o chamado "Memorial Ferri". Interessante, nos documentos das paritárias, é a colocação — central — da questão do "poder" no interior da universidade, a questão da paridade das representações no interior da universidade.

Que sugestões poderiam ser feitas sobre o que ler a respeito das reformas da universidade, para quem quer pensar a reforma presente sem ignorar o passado?

Não cito necessariamente por ordem de prioridade. Há os livros de Luiz Antonio Cunha (*Universidade Crítica, Universidade Reformada*) e do Florestan Fernandes (*Universidade Brasileira: reforma ou revolução*), por exemplo. Para conhecer-se a posição conservadora, é bom ver o texto de Heládio Antunha (*Universidade de S. Paulo: fundação e reforma*). Há, ainda, os relatórios (Atcon, MEC-USAID) ou os documentos das paritárias, que saíram na "Folha de S. Paulo", em 1968. Depois, tem o livro de Carlos Benedito Martins, sobre a privatização (*Ensino pago, um retrato sem retoques*), o texto de Fernanda Sobral, Maria Francisca S. Pinheiro e Sadi dal Rosso (*Ensino Superior: descompromisso do Estado e privatização*). Há muita coisa sobre avaliação, que poderia ser citada aqui, mas seria uma lista enorme. Mais recente, tem o artigo de Maria Sylvania Carvalho Franco, na "Folha", em junho de 1986, *Novos e últimos bárbaros*. O Laurent Schwartz, como eu disse, é uma referência para muitas das posições "avaliadoras". Há os artigos do Simon Schwartzman, na "Ciência e Cultura", na "Folha de S. Paulo" ou no "Dois Pontos", um jornal do MEC, e há o livro do Giannotti, *Universidade em ritmo de barbárie*. Enfim, há muitas outras coisas, inclusive algumas que estão para ser lançadas — e este é um momento importante para isso. Mas podemos começar por aí.

Eleição para reitor será nos dias 19 e 20

Os professores titulares Neivo Luiz Zorzetto, diretor do Instituto de Biociências (IB) do campus de Botucatu, e Paulo Milton Barbosa Landim, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) e vice-reitor em exercício, são os dois candidatos à sucessão da Reitoria da UNESP. Ambos se inscreveram e apresentaram suas propostas de gestão à Secretaria Geral até o dia 2 de dezembro último, conforme previsto pelo calendário eleitoral.

A votação será realizada nas Unidades Universitárias, nas Administrações Centrais e na Reitoria, nos dias 19 e 20 de dezembro. A apuração dos votos será feita no dia 20, pelas Comissões Locais. Os resultados serão transmitidos no dia 21 à Secretaria Geral, que os divulgará no dia 23. O Colégio Eleitoral — formado pelo 76 membros do Conselho Universitário e onze do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade — fará sua reunião no dia 5 de janeiro do próximo ano, quando, de posse dos resultados da consulta feita à comunidade, elaborará a lista triplíce a ser enviada ao governador Orestes Quércia. O calendário foi elaborado de modo que a lista chegue às mãos do governador antes que se encerre o mandato do professor Jorge Nagle, reitor licenciado, no dia 15 de janeiro.

REGRAS

Na reunião do Conselho Universitário do dia 24 de novembro foram definidas todas as regras para a eleição do próxi-



O C.O. define as regras eleitorais

mo reitor. Ao contrário do que estava previsto, em vez de os conselheiros analisarem o documento que a comissão paritária traria para apreciação do C.O., chegaram ao conhecimento de todos duas propostas distintas. Uma delas trazia as reivindicações de alunos e funcionários e a outra, a dos professores.

Apesar de haver pontos em consenso, como o respeito do Colégio Eleitoral à lista dos três candidatos mais votados pela comunidade, havia outros que causaram polêmica, como o item referente à paridade. O documento apresentado pelos segmentos discente e técnico-admi-

nistrativo defendia esse procedimento, porém, os docentes reivindicavam que sua participação tivesse maior peso: 3/5, contra 1/5 e 1/5 para os outros dois segmentos.

Durante a reunião, uma nova proposta foi votada e prevaleceram os pesos de 2/4, 1/4 e 1/4 para professores, funcionários e alunos, respectivamente. Outros pontos foram sendo colocados em votação, até que todas as regras fossem definidas. Os três segmentos serão consultados por meio de votação secreta, mas a manifestação de cada um deles somente será considerada se tiverem votado mais

de 50% dos integrantes daquele segmento.

Cada eleitor votará em apenas um nome e somente nos candidatos inscritos previamente. A possibilidade de se fazer um único processo eleitoral para a escolha de reitor e vice-reitor foi descartada durante a reunião. Na ocasião, mencionou-se ainda possibilidade de o mais votado para reitor não ser o escolhido pelo governador. Neste caso, se os processos forem distintos, o mesmo nome poderá ser novamente cogitado para o cargo de vice-reitor.

O voto em trânsito não será permitido. Todo o processo será supervisionado pela Secretaria Geral e coordenado por Comissões Locais, constituídas por um membro de cada segmento, que poderão ser indicados pelo diretor da Unidade, pelo presidente do Grupo Administrativo do Campus ou pelo reitor.

Serão considerados eleitores todos os discentes, docentes e servidores técnico-administrativos (mesmo que em férias), professores-colaboradores, pesquisadores, técnicos especializados e instrutores de Educação Física, além de professores, alunos e servidores dos colégios técnicos. Os pesquisadores, os professores-colaboradores, os técnicos especializados e os instrutores de Educação Física votarão com o segmento dos docentes. Os eleitores dos colégios técnicos votarão com seus respectivos segmentos. Ficam excluídos do processo os professores visitantes.

Segmentos garantem participação

A maneira pela qual foi definido o processo eleitoral para a escolha do próximo reitor causou reações diversas entre os três segmentos universitários. Com relação à paridade — a questão mais polêmica, que acabou derrotada no C.O. pela proposta de 2/4, 1/4 e 1/4, com vantagem para o segmento docente —, professores, alunos e funcionários divergiram entre si. Todos foram unânimes, porém, em afirmar que, independentemente das regras eleitorais, a participação de seu segmento na votação está assegurada.

O documento apresentado pela ADUNESP no C.O. do dia 24 de novembro, defendendo uma participação majoritária dos docentes na eleição do próximo reitor, foi baseado segundo Cândido Vieitez, secretário da ADUNESP, na opinião das ADs locais. “Além disso, seus princípios foram ratificados em três assembleias de docentes, onde foram debatidos e reafirmados”, diz. Já para o presidente do DCE, Ângelo Gomes, “alguns professores se escondem atrás da ADUNESP. Dizem que são a favor da paridade, mas que é a ADUNESP quem decide”.

“Está claro que o princípio que preserva a influência majoritária dos professores representa o desejo da maioria. Não podemos negar que há alguns professores que defendem a paridade, mas a posição da ADUNESP é a de defender o ideal da maior parte dos docentes”, afirma Cândido. Aparecido de Jesus Cecílio Cabreira, tesoureiro da ASUNESP, rebate: “Os docentes é que terão o poder de eleger o próximo reitor. Os funcionários não terão nenhum poder de decisão”, diz.

Embora a quase-totalidade das cadeiras do C.O. estejam sendo ocupadas por pessoas eleitas pelo voto da comunidade, o presidente do DCE invoca a questão da representatividade: “O Conselho está fora de sintonia com a comunidade universitária. Não ter aprovado a paridade é uma coisa, porém, chegar a 2/4, 1/4 e 1/4 é muito conservadorismo.”

Apesar de terem sua proposta derrotada na reunião do Conselho Universitário, os funcionários estão resignados: “O desejo da maior parte dos funcionários é de 1/3 de peso para cada segmento, porém não há mais nada o que discutir. Só podemos defender uma alteração para o futuro”, lamenta Cabreira.

Os alunos provavelmente adotarão uma posição diferente. Segundo Ângelo, o CEEU — Conselho de Entidades Estudantis da UNESP — fará uma reunião no dia 3 de dezembro, quando então se decidirá qual o procedimento a ser adotado pelo segmento discente. “Há uma proposta que defende a participação normal dos alunos no processo de votação, mas seria elaborada uma segunda lista baseada no princípio paritário, para ser apresentada ao Colégio Eleitoral no dia 5”, diz Ângelo. “Se a lista não for aceita, aí teremos que tomar uma atitude mais dura, já que os alunos têm a tendência de dar o semestre como encerrado”, afirma. Por outro lado, presidente do DCE pondera que outras propostas poderão surgir a partir da reunião.

De acordo com Jesus Cabreira, há uma parte dos funcionários que segue outra linha que não a da paridade, defendendo o peso de 2/5 para docentes, 2/5 para funcionários e 1/5 para alunos. “Mas são coisas para se decidir futuramente”, ele acha. Mas os alunos têm um pensamento que ultrapassa o defendido pelos funcionários. “A nossa posição vai além da paridade. Somos a favor do voto unitário, já que politicamente somos iguais”, afirma Ângelo.

Satisfeitos com o processo em vigor, os docentes fazem planos mais concretos, já com vistas à eleição que acontecerá em breve. “O desejo da ADUNESP é organizar debates com os candidatos em todos os campus, mas como provavelmente o tempo não será suficiente, estamos pensando em realizar um debate só para os delegados representantes das ADs locais”, resume Cândido.

Candidatos apresentam propostas



A proposta de gestão do professor Paulo Landim — “UNESP: A Construção de uma Identidade” — está fundamentada em sete itens, precedidos por uma apresentação. Nesta, o candidato revela que suas proposições são resultado

de reflexões feitas por um conjunto de pessoas pertencentes a diversos níveis e setores da comunidade unespiana, enfatiza a existência de uma crise mundial e brasileira e observa a importância da atuação da universidade nesse contexto. Assim, acentua que a universidade “há que ser competente para que, legitimada pela sociedade, lhe sejam asseguradas as condições mínimas à realização de sua necessária missão”. Para a UNESP, em particular, sugere a renovação das práticas acadêmicas e a construção de uma identidade própria, o que exige a implementação de um “plano estratégico, sob a égide de uma administração ágil”. A preocupação do professor Landim é de que a UNESP, “além de pública e gratuita, seja também de qualidade”.

Cada um dos sete itens da proposta conta com uma discussão de ordem geral seguida por tópicos que sintetizam as formas concretas de atuação. Além disso o candidato revela o ponto de apoio de cada item; o ensino, por exemplo, “é tarefa base da Universidade”. Os itens contemplados são: Ensino, Pesquisa, Extensão de Serviços à Comunidade, Comunidade Acadêmica, Infra-estrutura Básica, Administração e Expansão da Universidade.



A proposta apresentada pelo professor Neivo Luiz Zorzetto, sob o título “Universidade, Elo de União e de Integração de São Paulo”, está organizada em dois capítulos — Fundamentos e Realidade Sócio-Econômica-Cultural e Política da UNESP — que são depois apresentados em forma de síntese.

No primeiro capítulo, o professor Neivo apresenta o que considera as quatro funções básicas que asseguram um desempenho eficaz na área administrativa: planejamento, organização, direção e controle. Discorre sobre três habilidades que, interligadas, são fundamentais para o administrador: habilidade técnica, administrativa e de comunicação.

No segundo capítulo, o professor Neivo caracteriza a UNESP como sendo “uma Universidade singular, com características idiossincráticas diferentes de suas congêneres ou co-irmãs”. “Há diversos campus num só campi”, resume. Para o professor, o distanciamento da Reitoria é prejudicial para a Universidade e propõe a “implantação imediata de Núcleos Universitários (províncias universitárias) dirigidos por autoridades universitárias (comparáveis a Provinciais-Reitores), que teriam autonomia na tomada de decisões delegadas”, além de outras competências.

Em síntese, “a interiorização da Universidade não se faz caso não se atenha às diferenças regionais de cultura, condições sócio-econômicas, políticas e outras”.

“Sessão Zoom” comemora dez anos de atividades

Foram nada menos que 300 filmes, entre longas-metragens e documentários, pinçados em meio à produção de alguns dos mais representativos cineastas da história da sétima arte. Com esta invejável cifra, a “Sessão Zoom”, criada por alunos do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE) — campus de Araraquara, está comemorando dez anos de atividades.

Reunindo um público médio de 400 pessoas em suas duas sessões semanais (terças e quartas-feiras, às 22 horas, no cine Capri), o Zoom Cine-Clube foi fundado com o objetivo básico de criar uma alternativa para o espectador mais exigente, sempre preterido pela programação comercial dos quatro cinemas da cidade. “Ao proporcionar filmes de qualidade à população araraquarense, o Zoom acabou também estreitando a ligação entre a Universidade e a comunidade”, acredita Marcos Picolo, aluno de Ciências Sociais do ILCSE, que desde 1981 vem organizando as atividades do cine-club. Da mesma forma pensa Regina Pratis, professora de Filosofia do ILCSE, que acompanha a programação da “Sessão Zoom” desde sua criação, em 1978, com a exibição do filme “Testa de Ferro por Acaso”, de Martin Ritt. “Além de nos brindar com filmes que jamais veríamos no circuito comercial, as sessões do Zoom têm permitido um contato entre pessoas com interesses afins”, diz.

Para Orlene de Lurdes Capaldo, professora aposentada de Psicologia da Educação, é “maravilhoso” este contato entre a universidade e a comunidade. “Para nós, da UNESP, é um orgulho verificar o esforço e a atenção com que o pessoal do Zoom tem cuidado de cada detalhe, da seleção dos filmes à impressão dos folhetos com as críticas e fichas técnicas”, afirma. Antigo aluno do curso de Letras do ILCSE, o hoje supervisor de reportagem da TV Ribeirão, de Ribeirão Preto, Anael Aquino, mantém em seu arquivo particular cerca de 200 folhetos com os comentários dos filmes que viu nas sessões promovidas pelo cine-club: “Para uma cidade média, como Araraquara, distante dos grandes centros, é fundamental uma iniciativa como esta. Se não fosse o Zoom, eu não teria visto, por exemplo, um filme como “Cidadão Kane”, de Orson Welles, obrigatório em qualquer lista que se faça dos melhores filmes de todo os tempos”, avalia. “Quando chega o período das férias e o Zoom entra em recesso, toda minha família fica chateada, meio sem opção, já que a programação promovida por ele faz parte de nossa rotina”, afirma William Roberto Olivi, dermatologista que



Zoom: obras-primas da sétima arte

também acompanha de perto as atividades do Zoom desde a sua criação.

EVENTOS PARALELOS

O primeiro filme exibido este ano foi “A Era do Rádio”, de Woody Allen, seguido por “Amor Bruxo”, de Carlos Saura, “Um Amor na Alemanha”, de Andrzej Wajda, “O Declínio do Império Americano”, de Denys Arcand, e “Um Amor de Swann”, de Volker Schlöndorff. Em seguida, serão mostrados “Lola”, do alemão Fassbinder, “Caminha, Caminha”, de Ermanno Olmi, e “Kaos”, dos irmãos Taviani. Além destas exposições, estão programadas também algumas reprises de fitas que fizeram parte da programação destes últimos dez anos de atividades.

Paralelamente às sessões do cine Capri, haverá ainda uma série de outros eventos, como uma exposição de cartazes na Casa da Cultura local, selecionados entre alguns dos mais importantes filmes mostrados, uma mostra em 16mm na unidade do ILCSE, um ciclo Werner Herzog e a publicação de um caderno com vários textos de docentes da UNESP sobre a arte cinematográfica e a relação de todos os filmes exibidos pelo Zoom. E isso não é tudo: o ativo cine-club desenvolve ainda, no ILCSE, uma programação em 16mm (mostras, ciclos e cursos) que, nestes últimos anos, exibiu mais de 200 filmes nacionais e estrangeiros. Essa atividade, que conta com a participação da comunidade acadêmica e para a qual são convidados especialistas, críticos e diretores de cinema, visa a, segundo o seu coordenador, Marcos Picolo, proporcionar uma formação extra-curricular ao aluno.

Finalmente, atestando a importância das atividades do Zoom nestes dez anos, a opinião de um filho ilustre da cidade, o escritor Ignácio de Loyola Brandão: “Como complemento cultural, o trabalho deste cine-club tem sido de extrema importância. Aliás, seria ótimo se houvesse um Zoom em cada cidade, para rebater a verdadeira avalanche de porcaria a que somos submetidos pelo circuito comercial.”

ESCANINHOS

COOPERATIVAS - Atual Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com sede em Brasília, o professor Roberto Rodrigues, do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal, participou, em novembro, de importantes eventos relativos a sua área de atuação. No dia 8, o professor proferiu uma conferência na Universidade Federal de Goiás, a convite da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás, abrindo um seminário sobre “Cooperativismo e suas responsabilidades no Brasil sob nova Constituição”. Na ocasião o professor pôde comunicar aos participantes um projeto que está sendo desenvolvido pela OCB no sentido

do cooperativismo assumir a execução de um programa de preservação ambiental, em nível nacional. Depois, o professor viajou para Bogotá, Colômbia, onde participou, no dia 16, do 4º Encontro Continental de Dirigentes Cooperativistas, com o objetivo de definir uma lei básica para o cooperativismo americano. A Organização das Cooperativas da América (OCA), com sede em Bogotá, realizou, dias 17 e 18, o 8º Congresso Continental da OCA, que contou com a participação de todos os países latino-americanos, além de representantes da Comunidade Econômica Européia. Nesse Congresso, Roberto Rodrigues foi eleito 1º vice-presidente da OCA, sendo a primeira vez que um brasileiro atua na Organização.

PLANO DE CARREIRAS: ESCLARECIMENTOS

1. Como fica o enquadramento na carreira do servidor que venha a prover, em continuidade, função pertencente à classe superior a que se encontrava, no caso do nível inicial da nova classe ser inferior ao que fora enquadrado anteriormente?

R. Se o enquadramento anterior fosse inferior ao nível inicial da subclasse A da classe seguinte, o servidor seria enquadrado neste nível. No entanto, como a carreira prevê que, nestes casos, o enquadramento não pode sofrer alteração para menor, o nível de enquadramento da carreira deverá ser mantido na nova situação. Exemplo: Supervisor de Setor (Nível Médio) enquadrado na carreira como TAM-D-29 admitido, em continuidade, para prover a função de Administrador — será mantido o nível (29), logo esta função será enquadrada de imediato como TAS-A-29.

2. Como fica a situação de um Secretário optante pela carreira, que venha substituir a função de Secretário junto à Diretoria em relação a gratificação de representação?

R. A carreira não prevê substituição, portanto o pagamento por substituição deve ser feito com base na sua situação do Estado. Logo, só terá direito a perceber qualquer diferença salarial no caso da situação do Estado ser superior a da carreira.

3. Chefe Administrativo de Serviço com tempo de serviço para aposentadoria, com gratificação de representação a ser incorporada no próximo mês, com dois anos e meio de efetiva percepção.

Desejando optar pela carreira:

A) Se optar antes da data de incorporação, terá algum prejuízo com relação à situação do Estado?

B) O servidor acima poderá ter prejuízos financeiros advindos da Lei Complementar 556/88, após opção?

R. A) Não. Porque esta vantagem, embora abaixo da carreira, continua sendo paga ao servidor e poderá ser incorporada nos termos da Lei Complementar 406/85.

R. B) Não. Porque se o salário da LC nº 556/88 for superior, o servidor passa a perceber seu salário automaticamente pela LC 556/88 e o adicional de função passa a ser igual a zero.

4. Os Secretários III e Secretários de Departamento de Ensino III da UNESP são abrangidos pelo disposto no artigo 4º do Decreto nº 28992/88?

R. Não, pois não atendem às condições ali estabelecidas.

5. A função de Chefe Administrativo de Serviço passou a denominar-se Supervisor Administrativo

de Serviço pelo Decreto nº 28992/88 e é de provimento em comissão, desde a vigência do Decreto 24010/85. Considerando que este fato só foi evidenciado agora, como fica a situação funcional dos Supervisores de Seção I e II que foram transformados em Chefe Administrativo de Serviço em 01.05.86?

R. O estudo sobre o assunto já está em fase conclusiva e, pelos levantamentos efetuados, quer nos parecer que, no momento, a melhor alternativa seria o retorno à situação anterior, que aliás resulta em uma retribuição pecuniária maior, além do que permite ao servidor ascender aos níveis salariais fixados para a categoria.

6. Por que considerar que o retorno à situação anterior melhora a retribuição pecuniária do atual Supervisor Administrativo de Serviço?

R. Porque o retorno se daria na Escala de Vencimentos 2, contemplada pela LC 556/88 com o aumento de 09 (nove) referências e reestruturada pelo Projeto de Lei 61/88.

7. Por que a função de Chefe Administrativo de Serviço da Escala de Vencimentos 2 não foi enquadrada na Escala de Vencimentos Nível Superior?

R. Analisando o rol de funções, podemos concluir que o fato de ter pertencido à Escala de Vencimentos 3 não significa necessariamente que seja de nível superior.

8. Com a aplicação da LC 556/88 e Projeto de Lei nº 61/88, os Secretários e Secretários de Departamento de Ensino continuarão sendo avaliados para alteração do nível da função?

R. Como os níveis da função foram mantidos pela legislação citada, não há impedimento em se continuar adotando essa rotina.

9. Se houver alteração do nível da função de Secretário e de Secretário de Departamento de Ensino, há necessidade de nova avaliação na carreira?

Não, pois a mudança do nível de função reflete a experiência do servidor, fato que já foi considerado na carreira. Assim sendo, o enquadramento na carreira permanecerá inalterado.

Este espaço está reservado para o esclarecimento de dúvidas sobre Plano de Carreiras que, eventualmente, os servidores venham a ter. As perguntas devem ser encaminhadas ao Órgão Central de Recursos Humanos (Praça da Sé, 96, 6º andar), responsável pelos esclarecimentos.

Grupo de Percussão recebe Prêmio Sarney

O Grupo de Percussão do Instituto de Artes do Planalto (PIAP), campus de São Paulo, foi um dos contemplados pelo Prêmio Sarney à Cultura Brasileira. Em sua segunda edição, neste ano, o prêmio distribuiu Cz\$ 70 milhões aos 47 realizadores que mais se destacaram em doze áreas culturais. O PIAP foi o vencedor na categoria revelação em conjunto instrumental na área de música erudita, recebendo como prêmio 240 OTNs, além de um troféu criado pela artista plástica Glória Corbetta.

A entrega do prêmio ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, em cerimônia que contou com a presença do ministro da Cultura, José Aparecido, representando o presidente José Sarney, e do vice-governador do Estado, Almino Afonso. Estiveram presentes ao evento também o secretário de Ciência e Tecnologia, Jorge Nagle, o vice-reitor em exercício, Paulo Milton Barbosa Landim, o presidente da Fundação para o Desenvolvimento da

UNESP-FUNDUNESP, Nilo Odália, o diretor do IAP, Irineu de Moura, e a professora Maria Francisca Paez Junqueira, chefe do Departamento de Música do Instituto.

O coordenador do Grupo, o maestro americano e timpanista da Sinfônica do Estado de São Paulo, John Boudler, afirma que um acontecimento como esse “é importantíssimo, tanto para o PIAP como para a Universidade como um todo”. Com o dinheiro do prêmio, o Grupo adquiriu um microcomputador TK 3000 II da Microdigital, com impressora, vídeo, “drive” e estabilizador, no valor de Cz\$ 790 mil. “O equipamento será importante para a organização da nossa biblioteca, de obras de percussão, considerada a maior da América Latina”, afirma John Boudler.

O GRUPO

Este não é o primeiro prêmio conquistado pelo PIAP. Criado há exatos dez anos, o Grupo de Percussão do IAP venceu, em 1986, o Prêmio Eldorado. No ano seguinte, lançou seu primeiro disco e realizou a primeira turnê pelos Estados Unidos.

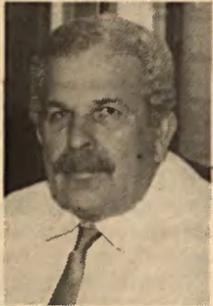
Formado por Alfredo Lima, Fernando Iazzetta, Catarina Domenici, Fabio Kon, Karla Bach, Mauro Refresco, Sérgio Gomes, Richard Fraser, Eliana Gugliellmetti, Edson Gianesi e Roberto Saltini, todos alunos do IAP, o PIAP tem se apresentado por todo o Brasil, assegurando posição de destaque no universo musical.



O maestro Boudler comemora a premiação

Vestibular: procura pela UNESP sobe 30%

Realizado um levantamento final do número de inscritos no vestibular/89 da VUNESP — Fundação para o Vestibular da UNESP — constatou-se um aumento de 30% no número de candidatos às vagas da UNESP com relação ao último concurso.



Carlos Vanni

CLOVIS FERREIRA LIMA

Para o vestibular/89, foram inscritos 32.439 candidatos contra os 25.066 de 1988. A área de Ciências Biológicas teve o maior número de inscrições: 17.057 (para as 1.325 vagas). A área de Humanidades vem em seguida, com 7.930 inscritos disputando as 2.025 vagas oferecidas, e a de Ciências Exatas, com 7.452 candidatos para 1.525 vagas, ocupa o terceiro lugar.

O curso que teve maior procura foi o de Medicina, da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu, com uma relação candidato/vaga de 48/1. Outros cursos da área de Ciências Biológicas também tiveram muitos inscritos. O de Odontologia, da Faculdade de Odontologia do campus de São José dos Campos, vem em segundo lugar, com 31,4 inscritos para cada uma das 50 vagas e, em terceiro, aparece o curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia do campus de Botucatu, com 30,4 candidatos por vaga.

Na área de Ciências Exatas, o curso que despertou maior interesse dos vestibulandos foi o de Ciências da Computação. No Instituto de Biociências e Ciências Exatas do campus de São José do Rio Preto, onde o curso já era ministrado, são 20,2 candidatos para cada vaga. No campus de Bauru, especificamente na Faculdade de Ciências, a relação candidato/vaga para Ciências da Computação chega a 16/1. E no Instituto de Geociências e Ciências Exatas do campus de Rio Claro, onde o curso terá início no próximo ano, para cada uma das 30 vagas há 13,2 inscritos.

O curso de Engenharia de Alimentos, também do IBILCE — campus de São José do Rio Preto, apresentou uma procura, de 12,2 candidatos por vaga, enquanto o curso de Engenharia Elétrica,

RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS

	Vagas	Inscritos	C/Vagas		Vagas	Inscritos	C/Vagas
Ciências Biológicas				Ciências Humanas			
Agronomia - Botucatu	80	715	8,9	Administração - Araraquara	40	398	9,9
Agronomia - Ilha Solteira	40	264	6,6	Arquitetura e Urbanismo - Bauru	60	526	8,7
Agronomia - Jaboticabal	90	871	9,6	Biblioteconomia - Marília	30	22	0,7
Ciências - Habil. em Biologia - diurno - Bauru	40	31	0,7	Ciências Econômicas - Araraquara	50	270	5,4
Ciências - Habil. em Biologia - noturno - Bauru	60	117	1,9	Ciências Sociais - diurno - Araraquara	50	56	1,1
Ciências Biológicas (Lic/Bach) - Botucatu	40	315	7,8	Ciências Sociais - noturno - Araraquara	50	68	1,3
Ciências Biológicas (Bach) - Rio Claro	15	111	7,4	Ciências Sociais - diurno - Marília	20	16	0,8
Ciências Biológicas (Lic) - Rio Claro	25	68	2,7	Ciências Sociais - noturno - Marília	40	80	2,0
Ciências Biológicas (Bach) - S.J.Rio Preto	25	97	3,8	Com. Social - Jornalismo - diurno - Bauru	50	403	8,0
Ciências Biológicas (Lic) - S.J.Rio Preto	25	53	2,1	Com. Social - Jornalismo - noturno - Bauru	50	360	7,2
Ecologia - Rio Claro	20	120	6,0	Com. Social - Rel. Públicas - noturno - Bauru	50	216	4,3
Educação Física (Lic) - diurno - Bauru	80	195	2,4	Com. Social - Radialismo - diurno - Bauru	30	79	2,6
Educação Física (Lic) - integral - P. Prudente	40	37	0,9	Des. Indus. - Proj. do Produto - diurno - Bauru	25	42	1,6
Educação Física (Lic) - noturno - P. Prudente	40	232	5,8	Des. Indus. - Proj. do Produto - noturno - Bauru	25	44	1,7
Educação Física (Lic) - integral - Rio Claro	35	130	3,7	Des. Indus. - Program. Visual - diurno - Bauru	25	61	2,4
Educação Física (Bach) - integral - Rio Claro	35	61	1,7	Des. Indus. - Program. Visual - noturno - Bauru	25	78	3,1
Enfermagem - Botucatu	20	143	7,1	Ed. Artística - Habil. Artes Plásticas-notur.-Bauru	40	167	4,1
Engenharia Florestal - Botucatu	20	84	4,2	Direito - noturno - Franca	35	531	15,1
Farmácia-Bioquímica - Araraquara	90	1.152	12,8	Direito - diurno - Franca	35	578	16,5
Fisioterapia - P. Prudente	40	477	11,9	Filosofia - noturno - Marília	30	68	2,2
Medicina - Botucatu	90	4.321	48,0	Geografia - diurno - P.Prudente	40	53	1,3
Medicina Veterinária - Botucatu	40	1.223	30,5	Geografia - noturno - P.Prudente	40	180	4,5
Medicina Veterinária - Jaboticabal	45	948	21,0	Geografia - diurno - Rio Claro	40	73	1,8
Odontologia - Aracatuba	80	1.544	19,3	História - diurno - Assis	40	47	1,1
Odontologia - Aracatuba	75	1.850	24,6	História - noturno - Assis	40	109	2,7
Odontologia - S.J.Campos	50	1.571	31,4	História - diurno - Franca	20	29	1,4
Zootecnia - Botucatu	40	136	3,4	História - noturno - Franca	60	86	1,4
Zootecnia - Jaboticabal	45	191	4,2	Letras - diurno - Araraquara	40	160	4,0
Total	1.325	17.057	12,8	Letras - noturno - Araraquara	40	146	3,6
Ciências Exatas				Letras - diurno - Assis			
Ciências da computação - Bauru	60	960	16,0	Letras - noturno - Assis	60	86	1,4
Ciências da Computação - S.J.R.Preto	30	608	20,2	Letras - diurno - S.J.R.Preto	25	60	2,4
Ciências da Computação - Rio Claro	30	397	13,2	Letras - noturno - S.J.R.Preto	25	104	4,1
Ciências - Habil. em Física - noturno - Bauru	60	15	0,2	Letras - Tradutor - S.J.R.Preto	30	200	6,6
Ciências - Habil. em Matemática - diurno - Bauru	40	28	0,7	Pedagogia - diurno - Araraquara	40	47	1,1
Ciências - Habil. em Matemática - noturno - Bauru	60	112	1,8	Pedagogia - noturno - Araraquara	40	72	1,8
Engenharia de Alimentos - S.J.R.Preto	30	366	12,2	Pedagogia - diurno - Marília	40	45	1,1
Engenharia Cartográfica - P.Prudente	30	56	1,8	Pedagogia - noturno - Marília	80	157	1,9
Engenharia Civil - Bauru	80	326	4,0	Pedagogia - diurno - P.Prudente	30	44	1,4
Engenharia Civil - Guaratinguetá	40	177	4,4	Pedagogia - noturno - P.Prudente	30	159	5,3
Engenharia Civil - Ilha Solteira	40	175	4,3	Pedagogia - noturno - Rio Claro	30	203	6,7
Engenharia Elétrica - Bauru	80	685	8,5	Psicologia - matutino/vespertino - Assis	40	198	4,9
Engenharia Elétrica - Guaratinguetá	40	410	10,2	Psicologia - vespertino/noturno - Assis	40	84	2,1
Engenharia Elétrica - Ilha Solteira	40	238	5,9	Psicologia - diurno - Bauru	40	355	8,8
Engenharia Mecânica - Bauru	80	612	7,6	Psicologia - noturno - Bauru	40	306	7,6
Engenharia Mecânica - Guaratinguetá	70	369	5,2	Serviço Social - diurno - Franca	25	58	2,3
Engenharia Mecânica - Ilha Solteira	40	178	4,4	Serviço Social - noturno - Franca	25	105	4,2
Estatística - P.Prudente	20	29	1,4	Tecnologia - Gerência - noturno - Bauru	60	213	3,5
Física - noturno - Guaratinguetá	30	95	3,1	Ed. Artística (Lic. de 1º Grau) - matut.-São Paulo	40	148	3,7
Física - Rio Claro	40	87	2,1	Canto - São Paulo	5	24	4,8
Geologia - Rio Claro	30	91	3,0	Composição e Regência - São Paulo	25	59	2,3
Matemática - diurno - P.Prudente	40	53	1,3	Instrumento: Clarinete - São Paulo	3	4	1,3
Matemática - noturno - P.Prudente	40	182	4,5	Instrumento: Contrabaixo - São Paulo	4	3	0,7
Matemática (Bach/Lic) - Rio Claro	40	56	1,4	Instrumento: Flauta - São Paulo	4	8	2,0
Matemática (Bach) - integral - S.J.R.Preto	25	33	1,3	Instrumento: Anjo - São Paulo	6	7	1,1
Matemática (Lic) - diurno - S.J.R.Preto	30	35	1,1	Instrumento: Oboé - São Paulo	4	3	0,7
Matemática (Lic) - noturno - S.J.R.Preto	40	86	2,1	Instrumento: Órgão - São Paulo	4	3	0,7
Química - Integral - Araraquara	50	253	5,0	Instrumento: Percussão - São Paulo	3	15	5,0
Tec. Agrícola - Mecanização - noturno - Bauru	60	84	1,4	Instrumento: Piano - São Paulo	15	29	1,9
Tec. Civil - Edifícios - noturno - Bauru	60	46	0,7	Instrumento: Viola - São Paulo	4	1	0,2
Tec. Elétrica - Eletrônica - noturno - Bauru	60	126	2,1	Instrumento: Violão - São Paulo	10	28	2,8
Tec. Mecânica - Oficina e Manutenção - notur. - Bauru	60	97	1,6	Instrumento: Violino - São Paulo	4	8	2,0
Tec. - Proces. de Dados - noturno - Bauru	50	388	7,7	Instrumento: Violoncelo - São Paulo	4	3	0,7
Total	1.525	7.452	4,8	Total	2.025	7.930	3,9

da Faculdade de Engenharia do campus de Guaratinguetá, teve mais de 10 inscritos para cada vaga.

Direito, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) do campus de Franca, foi o curso que obteve maior procura dentre os da área de Humanidades. Para o período diurno, a relação candidato/vaga é de 16,5/1 e, para o noturno, de 15,1/1. Em seguida, apa-

rece o curso de Administração Pública, do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação do campus de Araraquara, que obteve 9,9 candidatos por vaga.

Segundo o professor Carlos Felício Vanni, diretor-presidente da VUNESP, os novos cursos, como o de Administração Pública e o de Pedagogia, do Instituto de Biociências do campus de Rio

Claro, "vêm atender a uma demanda reprimida nas regiões em que foram instalados, promovendo inclusive uma recomposição na clientela dos campus a que pertencem", diz. Neste sentido, o curso de Pedagogia de Rio Claro, por exemplo, apresentou 6,7 candidatos inscritos para cada vaga, uma procura maior que a obtida pelo mesmo curso em outros campus.

Estudo critica ensino das "coisas prontas"

A gramática ensinada no primeiro e segundo graus é totalmente desarticulada da atividade de produção e interpretação de textos, o que dificulta a boa expressão e mesmo o desenvolvimento intelectual das pessoas. Este descompasso é encontrado também no vestibular, elaborado a partir do sistema de ensino vigente. Essa foi a principal constatação do primeiro trabalho publicado pelo Núcleo de Pesquisa da VUNESP — Fundação para o Vestibular da UNESP —, de autoria da professora Leticia Marcondes Rezende.

O Núcleo de Pesquisa, segundo o seu coordenador, professor Carlos Felício Vanni, tem a preocupação básica de realizar análises críticas dos instrumentos de avaliação utilizados nas diferentes áreas para os candidatos que demandam a universidade, além de pesquisar

as relações entre a universidade e o ensino de primeiro e segundo graus. "Dessa maneira, o Núcleo pretende oferecer subsídios para uma melhor integração entre a universidade e o ensino secundário, destinando suas publicações à área acadêmica e a professores de primeiro e segundo graus", ele explica.

Os projetos em desenvolvimento no Núcleo de Pesquisa objetivam identificar o grau de dificuldade das provas, a propriedade dos itens que as compõem e a representatividade das questões em relação aos programas desenvolvidos na escola de segundo grau. Sua primeira publicação — o estudo de "O Instrumento de Avaliação: Prova de Comunicação e Expressão do Concurso Vestibular — 1987 — VUNESP" — mostrou que a prova em questão estava adequada ao ensino de segundo grau, mas trouxe também uma constatação alarmante: a desarticulação existente entre o ensino da gramática com o de produção e interpretação de texto.

Para a pesquisadora Leticia, doutora em Linguística pela Universidade de Paris VII e docente do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE) do campus de Ara-

raquara, o ensino de língua não deve seguir uma metodologia que fragmente a gramática e a produção e interpretação de texto. "A gramática só tem sentido de ser ensinada se visar ao desenvolvimento de outras atividades", afirma. "O ensino, como está, não contribui para a formação das pessoas, pois é o ensino das coisas prontas."

Os estudos desenvolvidos pela professora mostram ainda que, apesar de a Escola não cumprir o papel que deveria, há alunos que têm desempenhado bem a tarefa de produção e interpretação de texto, devido, segundo Leticia, a fatores extra-escolares. "Geralmente, são pessoas que adquiriram o hábito de leitura independente da atividade escolar", diz.

Sempre de acordo com a pesquisadora, para que o ensino de língua proporcione o desenvolvimento pleno dos alunos será necessário ainda algum tempo. É preciso que se desenvolva, antes, o que ela chama de "gramática do desempenho" — ou seja, uma gramática ideal que permitiria a organização de conteúdos e auxiliairia no processo de interpretação e produção de textos. "Quando essa gramática estiver totalmente desenvolvida,

estará, finalmente, criada a metodologia do ensino de texto", argumenta Leticia.

Uma reestruturação completa no ensino da língua passa, inevitavelmente, também, pelos currículos dos cursos de Letras. "Há no estudo de Filosofia, uma reflexão filosófica da linguagem. No curso de Letras, ao contrário, há o estudo objetivo da língua, sem a preocupação da linguagem enquanto atividade simbólica dos seres humanos", diz.

Além disso, para a professora do ILCSE, o vestibular também pode se configurar como um caminho para mudanças, a partir do momento que se desvincular da relação com o ensino de segundo grau e alterar sua elaboração, invertendo o processo atual. "Dessa maneira, o ensino é que teria que se adequar ao vestibular", finaliza Leticia.

O volume "Pesquisa 1 — VUNESP" (91 páginas) está sendo distribuído gratuitamente em escolas de 1º e 2º graus, delegacias de ensino, cursinhos e universidades de todo o país. Os demais interessados em receber um exemplar devem escrever à VUNESP — rua Abílio Soares, 452. CEP 04005 — São Paulo, SP.

IB-Rio Claro discute impacto ambiental

O Instituto de Biociências (IB) — campus de Rio Claro, acaba de dar um passo fundamental em termos de pesquisa sobre o meio ambiente. Nos últimos dias 26 e 27 de outubro, parte da comunidade científica da Universidade reuniu-se no "I Encontro Internacional sobre Estudos de Impacto Ambiental", no Horto Florestal da cidade. Patrocinado pela Reitoria, Prefeitura Municipal de Rio Claro, Fepasa e pelo campus local, do evento fez parte também o lançamento da "pedra fundamental" do Centro de Estudos Ambientais (CEA), no campus da Bela Vista, cuja sede será construída em um terreno de mais de 3 mil m², cedido pelo IB.

Para a criação do Centro de Estudos Ambientais — um projeto que vem sendo discutido há três anos — criou-se, no início deste ano, uma comissão composta pelos docentes Sâmia Maria Tauk, do IB, Nivar Gobbi, representante da Sociedade de Ecologia do Brasil, Robinson Antonio Pitelli e João Antonio Galpiatti, ambos da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) de Jaboticabal, Antenor Pasqual, da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), Fausto Foresti, do Instituto de Biociências (IB), Dora Elisa Tolosa, da Faculdade de Medicina (FM), Unidades do campus de Botucatu, Sergio Luiz de Carvalho, da Faculdade de Engenharia (FE) de Ilha Solteira, e José Antonio Teixeira, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) de Rio Claro.

"MULTIPLICADORES"

Ao longo deste ano, a coordenadora do CEA, professora Sâmia, visitou pessoalmente todos os 15 campus da UNESP para comunicar a intenção de se criar um centro de estudos voltado ao meio ambiente e mapear o que está sendo realizado na Universidade, nessa área. O retorno obtido pela professora foi, nas suas palavras, "muito além das expectativas". "Já nesse primeiro momento,



Sâmia, do CEA: preocupações ecológicas

credenciamos nada menos que 300 docentes interessados em participar do Centro, já que seus trabalhos, de uma maneira ou de outra, revelaram preocupações ambientais", afirma.

Diante do elevado número de interessados, inclusive alunos de pós-graduação e de pesquisadores de outras instituições, a Comissão resolveu contratar uma produtora de vídeo para gravar todas as conferências e convidar, dos 300 docentes inicialmente cadastrados, dois pesquisadores de cada campus para assistirem às conferências — dos campus mais complexos, como Araraquara e Botucatu, por exemplo, foram convidados quatro docentes. Posteriormente, esses docentes, denominados "multiplicadores", deverão se encarregar de repetir o evento em suas unidades. "Além de resolver o problema que seria acolher todo este contingente, a medida vai proporcionar também uma significativa diminuição dos custos", avalia Sâmia.

O tema do primeiro encontro, "Impacto Ambiental", foi escolhido, segundo a professora do IB, por ser um dos problemas mais preocupantes entre as questões ecológicas atuais. O estudo de impacto ambiental (EIA) é o instrumento destinado a prevenir e acom-

panhar os danos ambientais. Em 1981 foi promulgada a lei (n.º 6938) que passou a exigir o EIA para os projetos públicos ou particulares, industriais ou não, urbanos ou rurais, em áreas críticas ou não. E o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) tornou-se o setor competente para estabelecer os critérios básicos e diretrizes gerais para o EIA. A elaboração de um EIA terá, necessariamente, que apresentar um relatório de impacto ambiental (RIMA), que deverá, por sua vez, ser submetido à aprovação do órgão estadual competente, no caso, a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

CONFRONTO DE IDÉIAS

O caráter internacional conferido ao encontro deveu-se à presença do professor Eneas Salati, que há um ano suspendeu seu contrato de docente com a UNESP (Instituto de Biociências de Botucatu) para assumir o cargo de assessor técnico do Comitê do Meio Ambiente no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. Especialista no problema da mudança climática em função do desmatamento, principalmente na Amazônia, Salati é autor de um estudo pioneiro, reconhecido no mundo todo, sobre o chamado "efeito estufa", no qual pôde determinar o quanto a floresta representa nesse processo de superaquecimento do planeta. A palestra do professor Salati, no I Encontro, versou sobre o tema "EIA e RIMA: experiências em outros países".

"A Legislação sobre EIA e RIMA" foi a conferência proferida pelo professor Augusto Martinez Perez, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) — campus de Franca. "A importância desse encontro está, a meu ver, principalmente no fato de que o Brasil é o vice-campeão de degradação do meio ambiente, perdendo apenas para a Coreia do Sul", ele avalia. Mesmo diante

desse panorama desalentador, o professor acredita que, com a promulgação da nova Constituição, haja um posicionamento mais progressista diante do problema. "Em seu artigo 225, o novo texto constitucional garante a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e exige o EIA para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente", enfatiza Perez.

Outro convidado para o evento foi o professor Felisberto Cavaleiro, do Departamento de Geografia da USP. Em sua conferência, Felisberto explicou as dificuldades de se fazer EIA e RIMA no Brasil. "Uma das prioridades seria uniformizar a terminologia básica dos EIA e RIMA, para facilitar as análises", afirmou.

"Nova perspectiva de trabalho multidisciplinar em EIA" foi o tema abordado pelo professor da Faculdade de Engenharia Sanitária da USP de São Carlos e vice-presidente da Sociedade de Ecologia do Brasil, José Galizia Tundisi. "Uma percepção multidisciplinar é a mentalidade que se deve ter na Universidade para a feitura de análises de impacto ambiental e para a abordagem de problemas ecológicos de uma forma mais ampla", ressaltou. "Minha proposta é de que se crie, nos currículos universitários de alguns cursos, a disciplina de estudos ambientais", ele concluiu.

Após as conferências, os participantes formaram grupos de trabalhos para a discussão e análise de EIA e RIMA, já em andamento. "Por ser o primeiro, o encontro esteve mais voltado para um confronto de idéias do que propriamente para uma função didática", avaliou Nivar Gobbi, presidente da Sociedade de Ecologia do Brasil. "Porém, como o assunto não se esgotou, outras reuniões deverão ser realizadas diante da magnitude dos problemas que temos pela frente", finalizou.

Curso de cirurgia maxilo-facial

Uma das maiores autoridades na área da moderna cirurgia maxilo-facial; o professor Roger Kallal, do Departamento de Ortodontia da Northwestern Dental School, de Chicago (EUA), esteve no Brasil para ministrar o curso de "Cirurgia Buco-Maxilo-Facial", na Faculdade de Odontologia (FO) do campus de São José dos Campos.

Realizado no último dia 1.º de dezembro, das 8 às 18 horas, o curso foi promovido pela disciplina de Cirurgia da FO e contou com o apoio da Associação dos ex-alunos dessa Faculdade, Colégio Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, do Hospital de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais, da USP de Bauru e da FUNDUNESP.



Antenor Araújo, da FO, e Roger Kallal

Massabni toma posse no IQ

Em cerimônia realizada na Reitoria, no último dia 21 de novembro, com as presenças do vice-reitor em exercício, professor Paulo Milton Barbosa Landim, do secretário de Ciência e Tecnologia, Jorge Nagle, e de diversos docentes e funcionários da Universidade, tomou posse como diretor do Instituto de Química (IQ) — campus de Araraquara — o professor Antônio Carlos Massabni.

Durante a solenidade, o vice-reitor em exercício, Paulo Landim, lembrou aos presentes que, embora o novo Estatuto ainda não esteja em vigor, o professor Massabni é o

primeiro diretor escolhido de acordo com suas regras. "Mesmo que tenhamos recebido uma lista triplíce, a sucessão já teve o espírito do novo Estatuto. Prevaleceu a escolha da Unidade e a Reitoria apenas a homologou", afirmou o professor Landim.

O novo diretor, que substituiu o professor Waldemar Saffioti, afirmou, na ocasião, estar ciente das dificuldades por que passa a Universidade, assumindo o compromisso de se dedicar à nova função com garra e ponderação, procurando, principalmente, trabalhar no sentido de aproximar o Instituto à Reitoria.



CLÓVIS FERREIRA LIMA

O vice-reitor em exercício, Paulo Landim, assina o termo de posse do professor Antônio Carlos Massabni, o novo diretor do IQ — Araraquara

ANOTE

ESTUDANTES — O Diretório Central dos Estudantes da UNESP, "Elenira Rezende", estará promovendo, de 16 a 18 de dezembro, no campus de Franca, um encontro desse segmento. A questão principal a ser discutida no evento será a moradia estudantil na Universidade.

PSIQUIATRIA — A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) realizará, no período de 2 de março de 1989 a 28 de fevereiro de 1991, o V Curso de Especialização em Psiquiatria e Psicologia Clínica da Infância. O curso, com duração de 18 horas semanais, é uma promoção do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas e será destinado a Médicos (Psiquiatras, Pediatras e Clínicos Gerais), Psicólogos Clíni-

cos, Assistentes Sociais e Enfermeiros. Maiores informações, na Secretaria do Departamento, pelo telefone (0192) 39-4819.

SIMPÓSIO — O Instituto de Biociências (IB) — campus de Rio Claro —, irá realizar, nos dias 27, 28 e 29 de abril do próximo ano, o II Simpósio Paulista de Educação Física. A promoção do evento é do Departamento de Educação Física e a coordenação, do professor José Maria de Camargo Barros. Da programação constam mesas-redondas, conferências e apresentação de temas livres. Informações: Av. 24-A, n.º 1.515 — Bairro Bela Vista — CEP 13500, Rio Claro (SP). Fones: (0195) 34-0244, ramais 40 e 41.

TESES E DISSERTAÇÕES

DOCENTES

• **Joel Cláudio da Rosa Martins (FO-Araraquara):** "Influência da hipertrofia amigdaliana nas másclosões de Classe I e Classe II, Divisão I de Angle. Estudo cefalométrico". Banca: Marcos Roberto de Freitas, Ruy César de Camargo Abdo, Orivaldo Tavano e Tatsuko Sakima. Doutorado, dia 29 de agosto, na USP.

• **Maria Devanir Figlioli (FO - Araraquara):** "Posições de trabalho para o cirurgião-dentista e auxiliar odontológica na execução de preparos cavitários, usando sucção de alta potência e dique de borracha previamente colocado." Banca: Fábio de Angelis Porto, Jaime Renato Furquim de Castro, Victoriano Truvijo Bijella, Edy Franceschi Piedade e Wilson Galvão Naressi. Doutorado, dia 17 de outubro, na FO.

• **Ercília Leal Dini (FO - Araraquara):** "Avaliação da eficácia da associação de métodos de prevenção de cárie dentária: selante oclusal e bochechos semanais com solução de fluoreto de sódio a 0,2%, em escolares de região com água de consumo fluorizada." Banca: Valdemar Vertuan, Helda Ilka Iost Bausells e Sérgio Manoel Moretti Vieira. Mestrado, dia 18 de outubro, na FO.

• **José Marangoni Camargo (FEFCSD - Marília):** "Tecnificação da cana-de-açúcar em São Paulo e sazonalidade da mão-de-obra." Banca: José Juliano de Carvalho Filho, Guilherme Delgado, Maria Sílvia Schor, Elizabeth Farina e Alvaro Manoel Mestrado, dia 18 de outubro, na USP.

• **Alvimar Lima de Castro (FO-Araçatuba):** "Efeitos da hipertensão renovascular maligna nos níveis séricos e urinários dos íons cálcio, fosfato, creatinina e uréia". Banca: João César Bedran de Castro, Antônio Francisco Durighetto Júnior, Takeo Adhemar Furuse, Maria Tereza Barbieri Bedran de Castro e Alceu Sérgio Trindade Júnior. Mestrado, dia 8 de novembro, na FO.

ALUNOS

• **Maria Sílvia Moraes Nória Morelli (ILHP-Assis):** "Conceição de Monte Alegre: uma cidade isolada no Vale do Paranapanema". Banca: Célia de Carvalho Ferreira Penço, Heloisa Liberalli Bellotto e Olímpio Beza Martins. Mestrado, dia 12 de agosto, no ILHP.

• **José César dos Reis (ILHP-Assis):** "Estudo de uma comunidade pioneira no norte do Paraná: Jataizinho. 1950-1985". Banca: David Rabello, Laima Mesgravis e Célia de Carvalho Ferreira Penço. Mestrado, dia 22 de setembro, no ILHP.

• **Jorge Rodrigo Reyes Martinez (IFT-São Paulo):** "Geometria Quântica dos Férmions e Bósons Quirais a duas dimensões num campo gravitacional externo". Banca: Abraham Hirz Zimmerman, Bruto Max, Pimentel Escobar, Hans Joos e José Antônio Castilho Alcarás. Mestrado, dia 3 de outubro, no IFT.

• **Roque Takahashi (IB-Rio Claro):** "Efeitos dos diferentes tipos de adubação na produção de folhas de amoreira (*Morus alba* L.), sua influência no desenvolvimento da glândula sericígena e na produção de casulos do bicho-da-seda (*Bombyx mori* L.)". Banca: Carminda da Cruz Landim, Euclides Caxambu A. de Souza, Manoel Martins Dias Filho, Maria José Ap. H. de Beraldo e José Roberto Postalí Parra. Doutorado, dia 4 de outubro, no IB.

• **Nelson Miguel Teixeira (FCA-Botucatu):** "Desempenho do motor de indução acoplado a moinhos a martelos no processamento de grãos agrícolas". Banca: Cezar Piedade Júnior, Everaldo Pinto Conceição e José Armando Furlani Júnior. Mestrado, dia 7 de outubro, na FCA.

• **Moacir de Souza e Silva (FCA-Botucatu):** "Fotointerpretação da rede de drenagem e do relevo de três solos do município de São Manuel - SP". Banca: Wolmar Aparecida Carvalho, Geraldo Victorino França, Gertrudes Celene Rocha Piedade, Natálio Felipe Kofler e Octávio Freire. Doutorado, dia 24 de outubro, na FCA.

• **Shirley Nakagami - Bastos (IQ-Araraquara):** "Perclorato de [5, 10, 15, 20 - Tetrakis (4-Metilpiridil) Porfirina Ferro III] como compostos modelo de Citocromo P-450. Ferroporfirinas de Alta Valência". Banca: Yassuko Iamamoto, Luiz Antonio Andrade de Oliveira e Otaciro Rangel Nascimento. Mestrado, dia 25 de outubro, no IQ.

• **Paulo César de Oliveira (IB-Rio Claro):** "Paradas cardíacas reversíveis induzidas por estímulos alertantes em peixes de água doce". Banca: Katsunuma Hoshino, Sonia Maria Fontes Zuim e Gilson Luiz Volpato. Mestrado, dia 25 de outubro, no IB.

• **Francisco de Assis Ganevo de Mello (IB-Rio Claro):** "Estudo citogenético em populações de grilos do gênero *Gryllosoma* Hebard, 1928 ao longo da costa e em ilhas continentais do litoral norte do Estado de São Paulo e sul do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (Orthoptera: Grylloidea: Phalangopsinae)". Banca: Alejo Mesa Larrambehere, Sanae Kasahara e Pedro Manoel Galetti Júnior. Mestrado, dia 25 de outubro, no IB.

• **Vera Márcia Paráboli Silva Vidigal Milanesi (IBILCE - São José do Rio Preto):** "Para uma interpretação de Cyro dos Anjos". Banca: Antonio Manoel dos Santos Silva, Zêqui Elias e Fernando de Carvalho. Mestrado, dia 4 de novembro, no IBILCE.

BC: um novo conceito de biblioteca

Contrariando a crença segundo a qual uma biblioteca é tão melhor quanto maior for o seu acervo, a Biblioteca Central, sediada em Marília, não possui livros ou documentos em suas estantes. Seu acervo, com cerca de 450 mil exemplares (o que a distingue como a quarta maior rede de bibliotecas universitárias do país), está disseminado pelas 15 cidades onde se encontram os campus da UNESP. A prioridade da BC, como explica aqui sua diretora, Tereza da Silva Freitas de Oliveira, é multiplicar os serviços prestados ao usuário e difundir essa nova filosofia, promovendo cursos de reciclagem para bibliotecários, elaborando catálogos coletivos e efetuando convênios com outras bibliotecas.

O fato de a Biblioteca Central não contar com um acervo próprio não a descaracteriza enquanto biblioteca?

Do ponto de vista formal, a Biblioteca Central não conta com acervo porque a distribuição dos campus da UNESP por quinze diferentes cidades indica que o melhor local para os livros são as estantes das bibliotecas de cada unidade. Assim, na medida que a Universidade conta com uma rede de bibliotecas, cabe à BC o papel de organizar essa rede nos seus aspectos gerais, como a compra de livros, catalogação de acervo de toda a Universidade, implantação de novos serviços etc. Há, no entanto, uma maneira diferente e mais interessante para responder a essa pergunta: o fato de a BC não dispor de acervo não a descaracteriza como biblioteca, muito pelo contrário.

Como seria essa inversão?

Há um conceito muito enraizado no Brasil, segundo o qual uma biblioteca é considerada ruim, boa ou excelente segundo o número de livros e documentos de que dispõe. Esse conceito, porém, precisa ser mudado. Em primeiro lugar, porque, hoje, a própria documentação se apresenta com diferentes roupagens tecnológicas; a informação, anteriormente registrada somente sob a forma clássica vinculada à utilização do papel, adquire agora outras bases físicas, como filmes e fitas e discos magnéticos. Uma série de recursos informacionais, acrescidos de modernas técnicas de micrografia, reprografia e informática, vêm em auxílio das bibliotecas para resolver não somente o problema da conservação e disseminação da informação, mas também a alarmante questão do espaço físico. Em segundo lugar, porque vem ocorrendo o que está sendo chamado de "explosão documentária" ou "caos documentário". Ou seja, a cada instante são gerados milhares e milhares de documentos, o que provoca uma avalanche incontida de informações. Nestas circunstâncias, é óbvio que o poder aquisitivo das bibliotecas se torna cada vez menor: as bibliotecas nunca serão auto-suficientes em termos de acervo; pois os recursos financeiros disponíveis jamais conseguirão atender a demanda ou satisfazer a opção de aquisição.

E qual a saída?

As bibliotecas ou os sistemas de bibliotecas terão que desenvolver esfor-



Tereza de Oliveira: prioridade ao usuário

ços cooperativos no sentido de usufruírem, em comum, de bens bibliográficos, compartilhando acervos documentários de instituições congêneres e adicionando estratégias variadas para se ter acesso às informações existentes em outras bibliotecas. É imprescindível a estruturação e a organização de serviços destinados a prover informações do que em coletar e armazenar publicações. Posso mesmo afirmar que a eficácia de um sistema ou de uma rede de bibliotecas se mede hoje pelos serviços prestados a seus usuários e não mais pelo número de volumes que consta dos seus acervos.

A questão fundamental, então, é não deixar o usuário sair da biblioteca sem a informação sobre o que ele necessita?

Exatamente. Trata-se de uma nova filosofia, segundo a qual o mais importante numa biblioteca é a sua capacidade de, efetivamente, atender o usuário e não mais o número de livros que estão nas estantes.

E essa nova filosofia está sendo bem aceita?

Acredito que sim. E, com o tempo, ela será predominante. Até os anos 70, os cursos de biblioteconomia ainda consideravam o acervo a coisa mais importante, mas isso já mudou de forma substantiva. É fundamental, porém, que o próprio usuário e os responsáveis pelas instituições que mantêm bibliotecas compreendam a mudança que está ocorrendo.

E os bibliotecários também.

É claro. Mas, neste caso, cursos de reciclagem são suficientes. A BC já promoveu oito desses cursos e vai continuar promovendo outros.

O que a BC vem fazendo no sentido de consolidar esforços cooperativos?

Vimos mantendo entendimentos com várias entidades e firmamos convênios com algumas delas — Embrapa, Petrobrás, IPT, IBICT/CNPq, entre outras —, as quais sediam ou internam bases de dados, inclusive estrangeiros, que estão à disposição dos nossos usuários.

E dentro da própria rede da UNESP, como vem sendo facilitado o acesso ao acervo das diferentes bibliotecas?

Em termos de periódicos, conseguimos um grande avanço, que foi organizar um catálogo coletivo, onde estão registradas as coleções de aproximadamente quinze mil títulos de periódicos

que integram os acervos da rede. Esse catálogo, distribuído para as unidades, é periodicamente atualizado e sua elaboração veio auxiliar o Serviço de Computação Documentária que mantemos. Antes, somente a BC sabia de todos os periódicos, o que tornava a comutação um tanto demorada; hoje, a comutação é feita entre as próprias bibliotecas, sem intermediação da BC. Já quanto aos livros e outros documentos monográficos, ainda não conseguimos fazer com que cada biblioteca tenha informações sobre o conjunto da rede. Afinal, são cerca de 450 mil exemplares, e acredito que um catálogo coletivo só será possível através do uso da informática.

E quando isso acontecerá?

Ainda não há previsão. O plano de informática da UNESP está sendo implantado agora. O pólo computacional do campus de Botucatu ficou encarregado de estudar um plano específico para as bibliotecas. O trabalho inicial será levantar as demandas das bibliotecas por serviços de informática. Depois serão definidos os sistemas necessários e os respectivos equipamentos.

Dentro da filosofia de privilegiar o usuário, quais as medidas ou serviços que foram ou vêm sendo implantados?

Em função das características da Universidade e das dimensões da rede, o primeiro grande trabalho é difundir essa nova filosofia. Como disse, já foram feitos oito cursos de reciclagem para bibliotecários, elaboramos o catálogo coletivo de publicações periódicas, efetivamos convênios através dos quais temos acesso a outras bibliotecas, e vamos acelerar e ampliar esse processo a partir da implantação do plano de informática nas bibliotecas. Uma medida importante — e que pode servir como exemplo à primeira pergunta desta entrevista — foi a criação do Serviço de Disseminação Seletiva da Informação — SDI. O docente indica o assunto de seu interesse e passa a receber, de forma personalizada, não só os sumários correntes mas fica sabendo dos eventos, teses, relatórios técnicos e científicos, livros recentemente publicados naquela área etc. Aproximadamente 1.400 docentes da Universidade estão sendo atendidos pelo SDI, sem que a Biblioteca Central tenha acervo próprio de livros e periódicos.

Apesar desse novo conceito de biblioteca, é evidente que a capacidade de documentação continua tendo a sua importância. A rede de bibliotecas da UNESP está bem dotada em termos de acervo?

O acervo total de aproximadamente 450 mil livros classifica a UNESP como a quarta maior rede de bibliotecas universitárias do país. Em termos de assinaturas de periódicos estrangeiros, nossa posição é mais modesta, pois estamos com 2.274 assinaturas. Um dado significativo, porém, é que a Universidade aumentou o volume de aquisições nos últimos anos. Em 1984, por exemplo, foram adquiridos somente 439 exemplares de livros; em 85 foram 2.926 e, no ano seguinte, 6.095. Em 1987 pudemos comprar mais de oito mil exemplares. Quanto às assinaturas de periódicos também houve um bom crescimento: em 1984 assinamos somente 551 revistas e, no ano passado, esse número já havia subido para 2.274.

FC-Bauru tem grande potencial para pesquisas

A Faculdade de Ciências (FC) — campus de Bauru, uma das três novas unidades da UNESP, nasceu em 1969, dois anos após a criação da Fundação Educacional de Bauru. Na época, a FC contava com os cursos de Ciências, Desenho (com habilitação em Desenho Plástico), Matemática, Física e Psicologia. Em 1975, já funcionavam dois outros cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas e Habilitação de Professores de Disciplinas Especializadas de 2º grau. Em 1984, finalmente, foi criado o curso de Ciências da Computação.

Com a transformação da Fundação em Universidade, a Faculdade de Ciências foi extinta, juntamente com as outras unidades, e os seus departamentos ficaram subordinados à UB. Hoje, com a incorporação pela UNESP, a FC voltou a existir com os seguintes cursos: Licenciatura em Ciências do 1º Grau, Licenciatura em Ciências (com habilitação em Biologia, Matemática e Física), Licenciatura em Psicologia e Formação de Psicólogos, Bacharelado em Ciências da Computação e Licenciatura em Educação Física e de Técnico Desportivo, criado em 1985.

Além dos laboratórios de Biologia, Física, Química, Anatomia, Psicologia e Psicofarmacologia, a Unidade conta ainda com um Centro Desportivo, reunindo quatro quadras poliesportivas e uma pista de atletismo. Dois outros núcleos dedicados ao ensino, pesquisa e extensão de serviços prestados à comunidade destacam-se ainda na Faculdade de Ciências: o Núcleo de Apoio Psico-Social e o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Computação.

O NAPS, VOLTADO PARA A SAÚDE MENTAL

O maior exemplo de intercâmbio entre a FC e a comunidade é o trabalho realizado pelo Núcleo de Apoio Psico-Social (NAPS), onde professores e alunos do curso de Psicologia, juntamente com profissionais da área de saúde, desenvolvem um trabalho de assistência à população carente.

O NAPS, criado em 1987 e, desde então, funcionando através de um convênio entre a UNESP e a Prefeitura de Bauru, nasceu a partir de uma proposta do Departamento de Psicologia, que tinha a preocupação primordial de implantar um projeto de atenção à saúde da população, no sentido de prevenção às doenças mentais. Antes da implantação do Núcleo, a Universidade de Bauru mantinha uma Clínica de Psicologia, onde os alunos do último ano do curso realizavam estágios no atendimento à população. De acordo

com o professor Celso Zonta, Chefe do Departamento de Psicologia e responsável pelo funcionamento do Núcleo, a instituição seguia um modelo de clínica-escola com caráter curativo e acabava dando uma formação liberal aos alunos estagiários. “A atuação do NAPS visa formar profissionais que trabalhem com a comunidade, sobretudo a população de baixo poder aquisitivo, que não tem acesso às clínicas de tratamento psicológico”, explica Zonta.

O Núcleo, que tem expediente corrido, durante o dia todo, conta com três psicólogos, quatro atendentes de enfermagem, dois enfermeiros, um farmacêutico, vários alunos estagiários supervisionados pelos professores de Psicologia e alunos voluntários.

O ambulatório do NAPS atende crianças, adolescentes ou adultos, com pequenos distúrbios ou casos mais graves, em regime de urgência. O Hospital-Dia, que atende aos psicóticos, tem como proposta impedir ao máximo a internação do paciente. “O doente permanece no Núcleo desenvolvendo atividades que ele mesmo determina e, no final do dia, volta para casa. Além desse trabalho com o paciente, é feito também um acompanhamento junto a seus familiares”, comenta Zonta.

O NAPS está desenvolvendo também um trabalho externo, fora do campus, envolvendo professores e alunos da rede municipal e os pais dos alunos, com a implantação de atendimento psicológico nos chamados Núcleos de Saúde, instalados nos bairros da periferia da cidade e nas escolas municipais.

Para o funcionamento do NAPS, Prefeitura e UNESP dividem esforços e recursos. A Prefeitura é responsável pelo material de consumo médico, remuneração dos profissionais da área de saúde e dos técnicos, e a UNESP responde pela manutenção do prédio e dos equipamentos, pela remuneração dos funcionários e pela compra de materiais de consumo. De acordo com o professor Lourival Larini, diretor *pro-tempore* da FC e presidente do campus, os investimentos feitos no NAPS têm oferecido um retorno imediato. “Os serviços prestados à comunidade e os avanços das pesquisas científicas desenvolvidas pelo Núcleo cumprem um dos principais objetivos da UNESP, que é a atuação no desenvolvimento e a promoção da cultura por meio do ensino e da pesquisa”, enfatiza.

NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO

Criado em 1984, o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Com-

putação (NEPC) possibilita aos alunos dos cursos de Ciências da Computação e Tecnologia em Processamento de Dados desenvolver projetos e implementação de sistemas de alto nível. Embora o Núcleo propriamente dito tenha sido criado há apenas quatro anos, já em 1969 a Fundação Educacional de Bauru era uma das raras instituições a possuir um sistema de computação. Naquela época, as principais atividades do então Centro de Processamento de Dados (CPD) eram atender a própria escola, suprir as necessidades da prefeitura local e municipal, através de pequenos cursos, professores e alunos interessados na área.

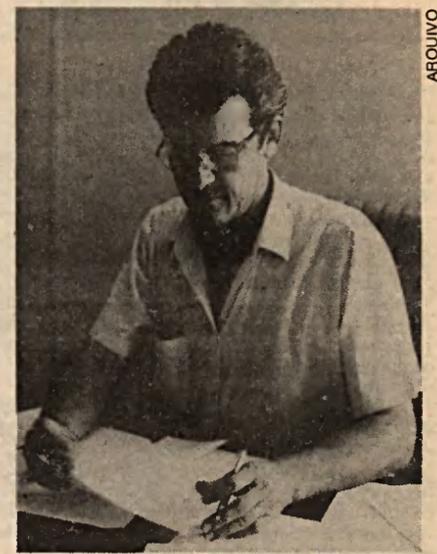
Com a instalação do curso de Ciências da Computação, o Núcleo foi ampliado e novos equipamentos foram sendo adquiridos. Hoje, o NEPC, formado por um laboratório de hardware, possui equipamentos de grande potência: 15 terminais de vídeo e uma impressora de computador VAX-11/780, 14 microcomputadores Itautec 17000 JR com uma impressora, 15 microcomputadores Apple com uma impressora e 16 microcomputadores IBM-PLXT, com seis impressoras.

Entre os vários projetos desenvolvidos no NEPC, destacam-se uma furadeira automática para placa de circuito impresso e um cartão óptico de ponto ligado a um micro que pode, inclusive, ser estendido para sistemas mais complexos, como a informatização de bancos, por exemplo. Além disso, alunos do último ano do curso desenvolveram um sistema comercial que está sendo aplicado na informatização de uma rede de supermercados de Bauru e um projeto para a informatização do Núcleo de Apoio Psico-Social (NAPS). Segundo o professor Marco Sacoman, coordenador do Núcleo de Computação, “existe um grande interesse em ampliar os trabalhos desenvolvidos pelo NEPC, e a nossa maior preocupação é o avanço dos novos projetos e a qualidade desses trabalhos”. O professor explicou ainda que, apesar das novas aquisições de equipamentos, o NEPC ainda está carente de material, pois ali são atendidos cerca de 1.500 alunos por semestre. O Núcleo de Ensino e Pesquisa em Computação funciona de segunda a sexta-feira durante 24 horas, aos sábados durante 12 horas e, aos domingos, durante 8 horas.

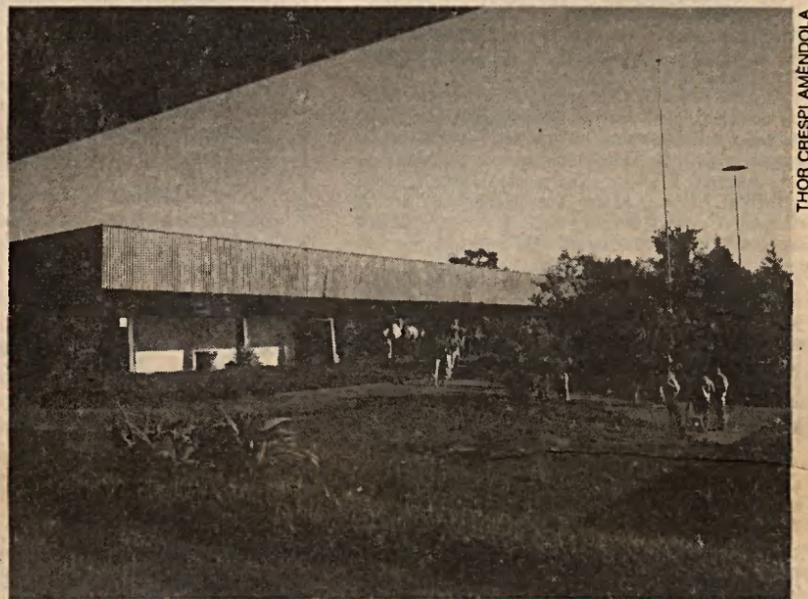
AVANÇO DAS PESQUISAS

Afirmando que a Faculdade de Ciências tem um grande potencial para o avanço das pesquisas e que o seu objetivo básico é proporcionar os meios

que garantam estes avanços, o professor Larini alerta para a falta de recursos em que se encontra a unidade. “Todos os cursos têm carências, principalmente em termos de espaço físico, pois o número de alunos aumentou muito após a estadualização da Universidade”, ele lembra. De acordo com a avaliação do diretor Larini, as necessidades imediatas da unidade são: um laboratório de Psicologia Experimental, um laboratório de Ensino, com salas de projeção de vídeo, oficinas, laboratório de Química, cobertura das quadras poliesportivas, conclusão da pista de atletismo e a construção de mais quatro salas de aula.



Larini, diretor da FC



FC-Bauru: Serviços à comunidade e pesquisa

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Campus de Bauru
Avenida Luis Edmundo Carrijo Coube, s/n
CEP 17030 — Bauru — SP
Fone: (0142) — 23-2111

FUNCIONÁRIOS

Número total	48
--------------	----

GRADUAÇÃO

CURSOS	Nº DE ALUNOS
CIÊNCIAS (BIOLOGIA)	200
CIÊNCIAS (MATEMÁTICA)	252
CIÊNCIAS (FÍSICA)	19
PSICOLOGIA	249
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	246
EDUCAÇÃO FÍSICA	227
TOTAL	1.193

ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS

DEPARTAMENTOS
Ciências Biológicas
Computação
Educação
Educação Física
Física
Matemática
Psicologia
Química

DOCENTES

REGIME DE TRABALHO	Nº DE DOCENTES
RDIDP	102
RTC	17
RTP	20
TOTAL	139

AROUJO

THOR CRESPI AMENDOLA